



VIDA

**2014**

—  
**RELATÓRIO  
E CONTAS**  
—



**T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.**

Av. da Liberdade, n.º 242

1250 - 149 Lisboa / Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa - NIPC: 507 684 486

[www.t-vida.pt](http://www.t-vida.pt)

# ÍNDICE

## RELATÓRIO E CONTAS 2014



**04**

ÓRGÃOS SOCIAIS

**06**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**14**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**18**

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

**20**

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

**22**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

**24**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**66**

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

**74**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO  
E PARECER DO CONSELHO FISCAL



**01**

**ÓRGÃOS  
SOCIAIS**



---

# 01. ÓRGÃOS SOCIAIS

---

## Assembleia-Geral

### Presidente

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

### Secretário

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

## Conselho de Administração

### Presidente

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

### Vogais

Alexander Wallace Humphreys

Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur

João Carlos Dorés Candeias Barata

## Conselho Fiscal

### Presidente

Luís Maria Viana Palha da Silva

### Vogais Efetivos

Manuel Maria de Paula Reis Boto

Pedro Manuel Aleixo Dias

### Vogal Suplente

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério

## Revisor Oficial de Contas

Ana Cristina Soares Valente Dourado em representação de KPMG e Associados

### Suplente

Fernando Gustavo Duarte Antunes

**02**

**RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO**



## 02. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2014.

### 2.1 Enquadramento Macroeconómico

Apesar da consolidação da recuperação económica nos EUA, o ano de 2014 fica marcado pela elevada incerteza em relação ao crescimento económico global, pela desaceleração da economia chinesa, pelos receios com as pressões deflacionistas na Zona Euro, pelos potenciais impactos da queda do preço do petróleo em algumas economias (Venezuela, Rússia) e pelo regresso das preocupações com a estabilidade política na Grécia.

#### 2.1.1 Situação Económica Internacional

Nos EUA, após o fraco crescimento económico registado no início de 2014, os dados revelados no último trimestre sugerem uma aceleração no crescimento do PIB e uma expansão económica moderada suportadas na procura interna, com destaque para o consumo privado que aumentou 2,5%, e na formação bruta de capital fixo (FBCF) que registou um crescimento de 5,5%. Estima-se que economia norte-americana tenha crescido acima de 2,0% em 2014.

Os níveis de endividamento das famílias e do setor privado continuaram a descer e a taxa de poupança manteve-se acima dos mínimos históricos. Vários indicadores indiciam a normalização dos mercados imobiliário e de crédito, nomeadamente, diminuição do ritmo de execução de hipotecas, diminuição do rácio de crédito malparado, e sobretudo, a redução da taxa de desemprego.

A Reserva Federal (*Fed*) manteve a taxa de juro inalterada no intervalo 0-0,25%. As atenções dos mercados e investidores centram-se agora na antecipação do movimento de subida das taxas de juro, processo que se estima poder iniciar-se durante 2015.

Na Zona Euro, o ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico, inferior a 1%, apesar das expectativas favoráveis para 2015. As melhorias no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico que não foi suficientemente robusto para permitir a criação de emprego.

Em 2014, os principais indicadores económicos da Zona Euro registaram melhorias face ao ano anterior, nomeadamente:

- A taxa de desemprego ter-se-á situado em 11,6% em 2014 (11,9% em 2013);
- A inflação homóloga situou-se em 0,4%, abaixo do objetivo de 2,0%;
- O consumo privado deverá ter crescido 0,7% (-0,6% em 2013), e
- O investimento deverá ter crescido 0,6% em 2014 (-2,4% em 2013).

O BCE manteve as taxas diretoras inalteradas, perto de 0%, prevenindo-se que irá apresentar medidas adicionais para combater possíveis cenários de deflação.

Inflação baixa e preocupações geopolíticas surgem como os principais fatores de risco para o crescimento da Zona Euro em 2015. Destaque para o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, a situação política na Grécia, os efeitos da política monetária dos EUA e da eventual eficácia do programa de quantitative easing do BCE.

Em 2014 as taxas Euribor desceram em todos os prazos, situando-se a Euribor a 3 meses em 0,08% (2013: 0,29%) e a Euribor a 12 meses em 0,33% (2013: 0,56%).

O euro depreciou-se face ao dólar, passando de EUR/USD 1,37 em dezembro de 2013 para 1,21 em dezembro de 2014 (-12,0%), refletindo as perspetivas de baixo crescimento económico na Zona Euro, os riscos de deflação e a instabilidade política na Grécia.

Os principais mercados acionistas registaram uma performance diferenciada em 2014. Nos EUA, os índices S&P500 e Nasdaq registaram ganhos de 11,4% e 13,4%, respetivamente. Na Europa, o Eurostoxx 50 valorizou-se apenas 1,2% em 2014. Os mercados voltaram a ser marcados, sobretudo no final do ano, por um clima de aversão ao risco associado à forte queda do preço do petróleo, a fatores de incerteza política e à falta de confiança no crescimento económico.

Grécia, Itália, Espanha e Portugal foram os mercados europeus mais afetados com destaque para os setores financeiro e energético. Os mercados emergentes sofreram desvalorizações na sequência do impacto da queda do petróleo nos países exportadores.

#### 2.1.2 Situação Económica Nacional

De acordo com os últimos dados divulgados, a economia portuguesa deverá registar um crescimento de 0,9% em 2014, após a contração de 1,4% no ano anterior. Este comportamento foi suportado pela recuperação do consumo privado e do investimento público. As importações cresceram a um ritmo superior ao das exportações o que provocou uma degradação da balança comercial.

Depois de 3 anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar em 2014 embora ainda abaixo dos níveis registados antes da crise financeira internacional. O consumo privado cresceu 2,1% em 2014 (face à redução de 1,4% em 2013) e a FBCF registou uma variação de 5,2% (face à diminuição de 6,3% em 2013). Em 2014, as exportações registaram um crescimento de 3,4%, ritmo inferior ao registado em 2013 (+6,4%) e ao do crescimento das importações, +6,2% (face a 3,6% em 2013).

A taxa de desemprego recuou de 16,2% para 13,9% em 2014. Na base desta melhoria estiveram alterações metodológicas associadas à inclusão de dados do "censos 2011", o fluxo migratório e a implementação de diversos programas de estímulo à contratação laboral.

A taxa de inflação registou uma variação média de -0,3% (2013: +0,3%), refletindo em grande parte a quebra nos preços dos bens energéticos.

No âmbito do acompanhamento regular da *Troika*, e depois de terminado o Programa de Ajustamento, o *stock* de responsabilidades sob o exterior excede ainda 110% do PIB, um dos valores mais elevados entre as economias desenvolvidas.

A necessidade de reduzir a dívida e o défice das administrações públicas mantém-se como vetor essencial para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas.

As *yields* continuaram a tendência de descida ao longo de 2014, sendo que a *yield* das OTs a 10 anos desceu de 6,0% em dezembro de 2013 para 2,7% em dezembro de 2014. O cenário de baixas taxas de juro continua a refletir a procura dos investidores por esta classe de ativos.

### 2.1.3 Mercado Segurador

Em 2014 o volume da produção de seguro direto em Portugal foi de 14 292 milhões de euros, o que significa um crescimento de 9,1% face a 2013 (+1 187 milhões de euros). Pelo segundo ano consecutivo, o setor segurador apresenta uma evolução positiva recuperando parte da produção perdida nos anos anteriores.

O ramo Vida foi, mais uma vez, o responsável pela evolução positiva do mercado. Os prémios alcançaram 10 439 milhões de euros, refletindo um crescimento de 12,9% em relação ao ano anterior. Num ambiente de reforço das poupanças por parte dos aforradores assim como de instabilidade e incerteza dos mercados financeiros, o acréscimo da procura pelos produtos de poupança das seguradoras foi determinante para a evolução positiva do segmento Vida refletida no aumento de 4,8% das Provisões matemáticas para 42 517 milhões de euros.

Destaca-se a performance dos PPR's, que cresceram 58,5% (+905 milhões de euros) elevando o volume de contribuições para 2 454 milhões de euros. Os produtos de Capitalização registaram uma subida mais modesta, de 4,3%, e os produtos de risco registaram uma quebra de 0,5% em relação a 2013.

O segmento Não Vida apresentou nova quebra em 2014, embora mais ligeira que nos últimos 2 anos, o que parece anunciar uma inversão da tendência decrescente da produção. O volume de prémios Não Vida atingiu 3 852 milhões de euros (-0,2% em relação ao ano anterior) com destaque para a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho (+0,9%) cujos prémios já não cresciam há 9 anos. O ramo Saúde manteve o padrão de crescimento dos últimos anos (+3,3%), confirmando a crescente implantação deste produto. Em sentido inverso, destaque para a quebra da produção nos ramos Multirriscos (-0,3%), Automóvel (-2,0%) com nova degradação do prémio médio por veículo, e Transportes (-9,0%).

O peso da atividade seguradora no PIB aumentou de 7,7% em 2013 para 8,3% em 2014. O segmento Vida representa 6,1% do PIB e o Não Vida representa 2,2% (5,4% e 2,3% em 2013, respetivamente).

## 2.2 Factos Relevantes em 2014

O ano 2014 foi de crescimento no mercado de seguros de Vida (+12,9%) sobretudo devido aos produtos financeiros, com um crescimento de 58,5% nos PPR (alcançando 2 454 milhões de euros) e de 4,3% nos produtos de Capitalização (7 067 milhões de euros). Os produtos tradicionais sofreram um decréscimo de 0,5% (com 911 milhões de euros) e dentro destes, os produtos de Risco e Mistos cresceram 0,7%.

A T-Vida apresentou um decréscimo de -21,0% no total de produção (alcançando 88 milhões de euros), com +9,2% nos produtos de Risco (alcançando 17 milhões de euros).

A T-Vida manteve a sua linha estratégica de crescer nos seguros de Vida Risco, criando condições para ser dinâmica e continuar a ganhar quota de mercado nesta área. Pelo segundo ano consecutivo, a T-Vida é a companhia que mais cresce em valor absoluto nos produtos de Vida Risco, dentro do mercado das Companhias não *bancassurance*. Tem vindo a recriar a sua gama de produtos de Vida Previdência e Vida ligado ao Crédito Habitação e reforçou a sua capacidade de distribuição, selecionando um conjunto de parceiros de negócio com perfil e apetência para vender este tipo de seguros. Desenvolveu ainda nesta área, novas formas de distribuição, nomeadamente a venda por telefone, tendo obtido resultados muito satisfatórios, desde 2011.

A prestação de um serviço de qualidade aos seus Clientes e Parceiros de Negócio continuou a ser um dos objetivos prioritários da T-Vida, pelo que, durante o ano, foi mantida uma política de melhoria contínua nos seus processos, nomeadamente com a consolidação do processo de Tele-entrevistas para avaliação clínica dos proponentes, assim como com a implementação de várias melhorias em termos de plataformas IT, quer centrais quer as utilizadas pelos Parceiros de negócios e Clientes.

## 2.3 Principais Variáveis e Indicadores de Atividade

(milhares de euros)

	2014	2013	VAR 14/13 %
<b>Balanço</b>			
Investimentos	576 594	661 612	-12,9
Ativo líquido	800 619	852 573	-6,1
Capital próprio	75 658	67 581	12,0
Provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	693 179	762 467	-9,1
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Total de produção	88 280	111 708	-21,0
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	34 413	48 554	-29,1
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	63 694	56 512	12,7
Provisão matemática, líquida de resseguro	30 570	7 974	283,4
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3 055	2 182	40,0
Custos operacionais	6 417	6 133	4,6
Resultado financeiro	-46 725	17 811	362,3
Saldo técnico líquido de resseguro	6 084	7 442	-18,2
Saldo global <sup>(1)</sup>	10 991	11 865	-7,4
Resultado líquido	4 294	4 296	0,0
<b>Indicadores (%)</b>			
Saldo técnico/ Total de produção	6,9	6,7	+0,2 p.p.
Custos operacionais / Total de produção	7,3	5,5	+1,8 p.p.
Custos operacionais / Provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	0,9	0,8	+0,1 p.p.
Taxa de cobertura da margem de solvência	195,9	149,0	+46,9 p.p.
Sinistros/ Prémios (IFRS 4)	170,5	112,2	+58,3 p.p.
Benefícios pagos/ Depósitos recebidos (IAS 39)	60,4	39,0	+21,4 p.p.
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	7,7	5,4	+2,3 p.p.
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	3,8	3,0	+0,8 p.p.
<b>Outros indicadores</b>			
Nº empregados <sup>(2)</sup>	19	22	-13,6
Nº apólices	123 368	130 017	-5,1

(1) Saldo técnico + saldo atividade financeira.

(2) Colaboradores pertencentes ao quadro permanente.

## 2.4 A Atividade da T-Vida em 2014

### 2.4.1 Total de Produção

Em 2014, verificou-se uma evolução desfavorável na produção da Seguradora, face ao ano anterior. Este contexto está diretamente ligado à queda verificada no canal *assurfinance*, bem como, a dificuldades de crescimento da economia nacional e disponibilidade dos consumidores, já identificadas em 2013.

A produção totalizou 88 280 milhares de euros, registando um decréscimo de 21,0% (-23 428 milhares de euros), face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pela diminuição significativa da produção nos financeiros, nomeadamente na Capitalização Garantida, que apresenta uma quebra de 61,5% (-24 903 milhares de euros).

Os PPR deram um contributo positivo, registando-se um aumento de 1,5% (+642 milhares de euros), face ao período homólogo.

A linha de negócio Vida Risco cresceu 9,2% (+1 413 milhares de euros), ganhando relevância na produção, chegando no final do ano com um peso de 18,9% do total da produção de 2014 (comparando com 13,7% em 2013). Este crescimento adquire particular importância dadas as margens técnicas elevadas que este tipo de produtos proporciona, dando um contributo significativo para os resultados da Companhia.

As Rendas diminuíram 39,2% (-3 861 milhares de euros), apresentando os produtos Mistos a mesma tendência, decrescendo 8,0% (-168 milhares de euros), dado tratar-se de um tipo de produto pouco comercializado e de elevada maturidade.

(milhares de euros)

Total de Produção	2014	2013	VAR 14/13 (%)
<b>Total de Produção</b>	<b>88 280</b>	<b>111 708</b>	<b>-21,0</b>
<b>Contratos Seguros</b>	<b>37 712</b>	<b>50 593</b>	<b>-25,5</b>
- Rendas vitalícias	6 000	9 861	-39,2
- Restantes produtos risco e mistos	18 627	17 382	7,2
- Produtos de capitalização	2 606	2 816	-7,5
- PPR	10 479	20 534	-49,0
<b>Contratos de Investimento</b>	<b>50 568</b>	<b>61 115</b>	<b>-17,3</b>
- Produtos de capitalização	17 468	38 713	-54,9
- PPR	33 100	22 402	47,8

### 2.4.2 Custos com Sinistros e Benefícios Pagos

O total de custos com sinistros e benefícios pagos ascendeu a 94 891 milhares de euros, apresentando um aumento de 17,7% comparativamente a 2013. Esta variação é justificada pelo impacto do aumento significativo dos resgates nos PPR Garantido.

O peso das indemnizações face às provisões matemáticas em início de período foi de 13,7% (contra 10,6% no ano anterior), tendo o ano de 2014 sido caracterizado como um ano de elevado volume de resgates (60 967 milhares de euros, +43,1% face ao período homólogo) e menor valor de Vencimentos (14 421 milhares de euros, -36,5% face ao período homólogo).

Nos PPR, os custos com sinistros e benefícios pagos atingiram os 57 554 milhares de euros (+25,5%), variação esta justificada essencialmente pelo aumento de resgates, tendo os mesmos, um peso de 41,5% no total de custos com sinistros, face a 31,3% realizados em 2013.

Os produtos de Capitalização aumentaram a sua sinistralidade em 1 896 milhares de euros (+10,2%), resultado do aumento dos resgates, nos produtos Financeiros, no valor de 3 685 milhares de euros (+24,1%).

Nos produtos Tradicionais os custos com indemnizações aumentaram em 4,5%, totalizando no final do ano 16 859 milhares de euros, essencialmente devido à elevada sinistralidade nas Rendas (+9,1%) e produtos Mistos. De salientar, a diminuição da sinistralidade nos produtos de Risco de -3,1%.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros e Benefícios Pagos	2014	2013	VAR 14/13 %
<b>Custos Com Sinistros e Benefícios Pagos</b>	<b>94 891</b>	<b>80 587</b>	<b>17,7</b>
<b>Contratos Seguros</b>	<b>64 305</b>	<b>56 754</b>	<b>13,3</b>
- Rendas vitalícias	7 026	6 442	9,1
- Restantes produtos risco e mistos	9 833	9 695	1,4
- Produtos de capitalização	6 510	4 816	35,2
- PPR	40 936	35 801	14,3
<b>Benefícios Pagos de Contratos de Investimento</b>	<b>30 586</b>	<b>23 834</b>	<b>28,3</b>
- Produtos de capitalização	13 968	13 766	1,5
- PPR	16 618	10 068	65,1

### 2.4.3 Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento

A evolução verificada nas provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento está diretamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência direta com o valor registado nos passivos de contratos de seguro e de investimento.

As 31 de dezembro de 2014, as provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento decresceram 9,1% (-69 288 milhares de euros), evolução desfavorável justificada pela diminuição das provisões matemáticas dos Passivos Financeiros, nomeadamente a redução verificada em Operações de Capitalização, que apresentou uma desvalorização de -66 911 milhares de euros. Os produtos de Capitalização e os PPR aumentaram os seus passivos financeiros em +7 708 milhares de euros e +1 762 milhares de euros, respetivamente.

As provisões matemáticas de produtos de Capitalização decresceram 7,4% (-2 803 milhares de euros), seguindo os PPR igual tendência com uma redução de 4,4% (-7 360 milhares de euros). A venda de contratos com taxas técnicas mais baixas deu origem a uma descida da média das taxas mínimas garantidas dos PPR, verificando-se uma oscilação de 2013 para 2014 de 3,26% para 3,02%. Nos produtos de Capitalização, verificou-se uma variação de 3,12% em 2013, para 3,04% em 2014, devido aos novos produtos, com taxas técnicas inferiores.

De assinalar que a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 55,6% (56,5% em 2013) do total das provisões matemáticas e dos passivos de contratos de seguro e de investimento em 2014, tem permitido à Companhia manter uma posição de destaque no mercado, nomeadamente no segmento de Seguradoras que não exploram o canal bancário.

(milhares de euros)

Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento	2014	2013	VAR 14/13 %
<b>Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento</b>	<b>693 179</b>	<b>762 467</b>	<b>-9,1</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>278 831</b>	<b>290 678</b>	<b>-4,1</b>
- Rendas vitalícias	54 844	53 865	1,8
- Restantes produtos risco e mistos	28 744	31 407	-8,5
- Produtos de capitalização	34 905	37 708	-7,4
- PPR	160 338	167 698	-4,4
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>414 348</b>	<b>471 789</b>	<b>-12,2</b>
- Produtos de capitalização	95 495	87 717	8,9
- PPR	107 265	105 573	1,6
- Operações de capitalização	211 588	278 499	-24,0

## 2.4.4 Saldo Técnico

Verificou-se uma diminuição do saldo técnico líquido de resseguro de 7 442 milhares de euros em 2013, para 6 084 milhares de euros, em 2014. Esta redução representa, face ao ano anterior, um decréscimo de 1 358 milhares de euros (-18,2%), e explica-se essencialmente pela diminuição da produção (-21,0%).

De salientar ainda, no saldo técnico líquido de resseguro de 2014, o impacto negativo do aumento da sinistralidade nos produtos Financeiros (+20,1%), nomeadamente no PPR Garantido e o impacto negativo da degradação do Saldo Técnico dos Mistos, consequência do reforço da provisão de compromisso de taxa e diminuição da produção.

O saldo da atividade financeira <sup>(1)</sup> apresentou uma variação positiva de 484 milhares de euros (+10,9%), resultante da evolução favorável dos rendimentos afetos. Nos rendimentos *Unit Linked* relevo para a desvalorização da Operação de Capitalização, no valor de -66,1 milhões de euros.

O saldo global <sup>(2)</sup> apresentou-se abaixo do ano anterior, situando-se nos 10 991 milhares de euros, face a 11 865 milhares de euros em 2013.

(milhares de euros)

Saldo Técnico Total	2014	2013	VAR 14/13 %
<b>Saldo Técnico Líquido de Resseguro</b>	<b>6 084</b>	<b>7 442</b>	<b>-18,2</b>
- PPR	353	184	91,8
- Capitalização	178	-40	545,0
- Tradicionais	5 553	7 298	-23,9
<b>Saldo Atividade Financeira <sup>(1)</sup></b>	<b>4 907</b>	<b>4 423</b>	<b>10,9</b>
- PPR	1 262	3 508	-64,0
- Capitalização	1 157	873	32,5
- Tradicionais	2 184	-306	813,7
- Operações de capitalização	304	348	-12,6
<b>Saldo Global <sup>(2)</sup></b>	<b>10 991</b>	<b>11 865</b>	<b>-7,4</b>

(1) Rendimentos da atividade financeira incluindo participação nos resultados e juro técnico.

(2) Saldo técnico líquido de resseguro + saldo atividade financeira.

## 2.4.5 Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram um acréscimo de 4,6% (+284 milhares de euros), face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento substancial em gastos com pessoal.

Os custos com pessoal aumentaram face ao ano anterior 16,1%, situando-se nos 2 008 milhares de euros. Esta variação reflete custos com reestruturação de pessoal, ocorridos no último trimestre de 2014, e não verificados em 2013, bem como aumento de custos na rubrica de benefícios pós-emprego.

Os fornecimentos e serviços externos mantiveram-se em linha com o ano anterior, situando-se nos 1 464 milhares de euros. Os impostos e taxas diminuíram 20,4%, consequência da diminuição da produção verificada em 2014.

As amortizações diminuíram 2,0%, face ao ano anterior, devido à redução da amortização de ativos intangíveis, relacionados com o ritmo da amortização do trespasse da carteira (*Value In Force*) de -9,3%, apesar do aumento de despesas de investigação e desenvolvimento de +99,3%, fruto de novos projetos desenvolvidos no ano 2014.

As comissões com a carteira de investimentos apresentaram um incremento de 23,9%, por impacto do acréscimo de custos com comissões da GNB - Gestão de Ativos, fruto do aumento da carteira sob gestão e das comissões face a 2013.

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2014	2013	VAR 14/13 %
Gastos com pessoal	2 008	1 729	16,1
FSE	1 464	1 463	0,1
Impostos e taxas	43	54	-20,4
Amortizações do exercício	2 549	2 602	-2,0
Comissões	353	285	23,9
<b>Total</b>	<b>6 417</b>	<b>6 133</b>	<b>4,6</b>

## 2.4.6 Investimentos

Em 2014, a economia mundial apresentou sinais de recuperação com a subida dos níveis de confiança por parte dos investidores nos EUA e na generalidade dos mercados emergentes com exceção das economias do Mercosul.

A Europa continuou a evoluir abaixo do seu potencial e a um ritmo inferior ao inicialmente traçado, devido à dívida acumulada no período anterior à crise e à regularização dos desequilíbrios macroeconómicos desta decorrentes.

Apesar da volatilidade registada no final do ano, os mercados financeiros apresentaram valorizações sustentadas na maioria das classes de ativos, suportadas pelas expectativas de retoma económica e pelos níveis de liquidez gerados pela política monetária implementada pelos diversos Bancos Centrais.

Em maio de 2014, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro acordado com as instituições internacionais readquirindo a confiança junto dos investidores nacionais e internacionais. Ao longo do ano, Portugal manteve o acesso aos mercados financeiros, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas.

O ambiente de confiança na economia Portuguesa, foi temporariamente penalizado pela turbulência que afetou o sistema financeiro português, devido ao incumprimento de algumas empresas do Grupo Espírito Santo, e que culminou na falência do maior grupo financeiro privado Português. A T-Vida, não tendo ficado completamente imune ao processo que afetou o seu acionista no topo do grupo financeiro do ESFG, sentiria as consequências diretas do seu colapso através de perdas registadas em posições que detinha em obrigações desta mesma entidade.

Na sua atividade financeira, são evidentes dois períodos distintos da política de investimentos da T-Vida durante 2014.

O início do ano foi marcado por um forte dinamismo nos mercados de obrigações com estreitamento de *spreads* na generalidade dos mercados emissores, sobretudo dos emissores periféricos ao *core* europeu.

Durante este período, a T-Vida aumentou a sua exposição à dívida soberana de países periféricos, em particular Portugal, o que lhe permitiu beneficiar da valorização da sua carteira de obrigações. Também, neste período, a T-Vida aumentou as suas aplicações de curto prazo em instrumentos do mercado monetário, compensadas pela redução de investimento em fundos de investimento imobiliário e obrigações de taxa variável.

No final do primeiro semestre, foi decidido reclassificar a totalidade das posições em obrigações “a deter até a maturidade” para “disponível para venda”, decisão que permitiu registar contabilisticamente a apropriação dos ganhos potenciais nestes ativos. Fruto desta decisão, segundo o IAS39, e até ao final do exercício de 2016, a T-Vida não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

O início do segundo semestre de 2014 ficou marcado pelo aumento da aversão ao risco induzido pela divulgação de indicadores económicos menos favoráveis na Europa e, em Portugal, com o risco de contágio à economia real do desmembramento do GES.

Este cenário conduziu os investidores para um movimento de procura de ativos de maior “qualidade” verificando-se uma redução da exposição aos mercados acionistas e com as *yields* a corrigirem dos máximos verificados desde o início do ano. De forma corretiva, o BCE reduziu as principais taxas de juro de referência e anunciou um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crescimento económico.

Com a redução da remuneração das aplicações de curto prazo, a T-Vida optou pela redução progressiva destas aplicações por contrapartida de investimento em obrigações de taxa fixa, e deu continuidade à estratégia implementada durante o primeiro semestre, participando em emissões de mercado primário.

Em termos de resultados por classe de ativo, destacam-se os resultados de 10 142 milhares de euros (54% do resultado da atividade financeira excluindo *Unit Linked*), obtidos através de valias líquidas realizadas no mercado de dívida, fruto do estreitamento dos *spreads* e redução das *yields*. No seu investimento em dívida *corporate*, a T-Vida preferiu emissores com fundamentais sólidos e de senioridade superior, mantendo sempre um comportamento de adequada dispersão do risco por emissor, setor e país.

No final do ano, a carteira de obrigações da T-Vida (excluindo *Unit Linked*) ascendia a 353 783 milhares de euros, apresentava um *rating* médio ao nível de *investment grade*, com exposição a dívida soberana de 149 468 milhares de euros (42,2% do total da carteira de obrigações) dos quais 48 285 milhares de euros de exposição a dívida pública portuguesa.

No mercado acionista, os principais índices acionistas registaram movimentos diferentes durante 2014, com os EUA a liderarem as performances positivas, seguidos pela Ásia e América Latina. Os mercados Europeus apresentaram também performances positivas embora mais modestos.

A T-Vida, à semelhança dos anos transatos, manteve uma estratégia conservadora com uma exposição aos mercados acionistas inferior a 4,0%, sobretudo através de ETF's e com foco especial no mercado americano.

As taxas Euribor registaram mínimos históricos em todos os prazos, refletindo as expectativas de descida de taxas de juro. Antevendo este cenário, a T-Vida deu continuidade à redução da sua exposição a obrigações de taxa variável tendo registado uma redução de 32,3% nesta classe de obrigações (-10 915 milhares de euros).

Cumprindo os limites definidos na política de investimento, não foi realizada qualquer operação envolvendo *hedge funds*, ou produtos de características semelhantes, e as aplicações em instrumentos derivativos serviram única e exclusivamente para cobertura de risco cambial.

A exposição ao setor imobiliário, através de fundos de investimento, foi alienada na sua totalidade para os ativos sob gestão não *Unit Linked*.

(milhares de euros)

Ativos sob Gestão <sup>(1)</sup>	2014	2013	VAR 14/13 %
<b>Obrigações</b>	<b>353 783</b>	<b>245 091</b>	<b>44,3</b>
Taxa fixa	330 902	211 294	56,6
Taxa variável	22 881	33 797	-32,3
<b>Ações e Fundos de Investimento</b>	<b>8 204</b>	<b>59 388</b>	<b>-86,2</b>
Ações	0	0	-
Fundos de investimento	8 204	59 388	-86,2
<b>Liquidez</b>	<b>13 554</b>	<b>77 535</b>	<b>-82,5</b>
<b>Unit Linked <sup>(2)</sup></b>	<b>216 293</b>	<b>283 395</b>	<b>-23,7</b>
<b>Total</b>	<b>591 834</b>	<b>665 409</b>	<b>-11,1</b>
<b>Total s/ Unit Linked</b>	<b>375 541</b>	<b>382 014</b>	<b>-1,7</b>
Ativos a deter até à maturidade	0	70 564	-100,0

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

(2) Essencialmente em fundos de investimento.

A carteira total de investimentos apresenta, no final do ano, um valor de 591 834 milhares de euros (-11,1%), redução explicado pela variação do investimento em *Unit Linked* (-73 560 milhares de euros). Na carteira de ativos sem *Unit Linked*, o valor é semelhante ao do ano transato (-1,7%), de 375 541 milhares de euros, dos quais 94,2% é investimento em obrigações.

Relevo também, para a reclassificação da totalidade das posições “a deter até a maturidade” para “disponível para venda”, mensurada em 70 564 milhares de euros, no final de 2013, com ganhos implícitos de 6 749 milhares de euros.

(milhares de euros)

Resultado Financeiro <sup>(1)</sup>	2014	2013	VAR 14/13 %
Rendimentos	9 098	12 530	-27,4
Ganhos e perdas	10 618	5 115	107,6
Imparidades/ reversão	-418	-813	-48,6
Ganhos/ perdas <i>Unit Linked</i>	-66 024	978	-6 850,9
<b>Total</b>	<b>-46 726</b>	<b>17 810</b>	<b>-362,4</b>
<b>Total s/ Unit Linked</b>	<b>19 298</b>	<b>16 832</b>	<b>14,7</b>

1) Valores apurados numa ótica de gestão.

Analisando os resultados financeiros sem *Unit Linked*, o ano de 2014, apresenta um crescimento homólogo de +2 466 milhares de euros (+14,7%). Ao nível dos *Unit Linked*, o resultado foi negativo de 66 024 milhares de euros, que compara com os +978 milhares de euros, registados no ano transato, sendo esta evolução explicada pela desvalorização do fundo de investimento imobiliário que constitui um dos produtos.

Ao nível dos ganhos e perdas registou-se uma variação homóloga de +5 503 milhares de euros (+107,6%), consequência da gestão ativa exercida sob o mercado obrigacionista, que potenciou o incremento de valias realizadas. Em sentido oposto, os rendimentos decresceram 27,7%, na sequência da redução das taxas de juro.

A rentabilidade dos ativos médios excluindo o efeito dos *Unit Linked* foi de 5,1% (2013: 4,5%). Considerando a variação da Reserva de Justo Valor, a rentabilidade foi de 8,7% (2013: 5,2%).

### 2.4.7 Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2014, o capital próprio aumentou para 75 658 milhares de euros, mais 8 077 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Este aumento é explicado pelo aumento das reservas de reavaliação em 10 167 milhares de euros, situando-se nos 5 352 milhares de euros, por impacto da evolução do mercado de crédito. O resultado líquido teve um efeito neutro para a variação do capital próprio, mantendo-se praticamente igual ao ano anterior.

O rácio de solvabilidade estimado em dezembro de 2014 (incluindo o efeito de distribuição de dividendos) situou-se em 195,9%, que compara com 149,0% registado em 2013. Para esta variação favorável contribuiu a redução da margem de solvência exigida, em consequência da redução de seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2014	2013	VAR 14/13 %
Capital social	65 000	65 000	-
Outros instrumentos de capital	0	0	-
Reservas de reavaliação	5 352	-4 815	211,2
Outras reservas	842	2 996	-71,9
Resultados transitados	170	104	63,5
Resultado líquido	4 294	4 296	0,0
<b>Total</b>	<b>75 658</b>	<b>67 581</b>	<b>12,0</b>

### 2.4.8 Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

No âmbito da Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a T-Vida prosseguiu, no decorrer do ano 2014, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

O novo regime Solvência II irá entrar em vigor a partir de janeiro de 2016, estando previsto, durante o período de 2014 e 2015, a transposição de Diretivas que alteram a Diretiva inicial 2009/138/CE. Foi, entretanto, publicado o Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva 2009/138/CE. A T-Vida, após analisar o referido regulamento, atualizará o seu plano de ação, de forma a permitir o cumprimento e uma transição mais gradual para o novo regime.

No decurso do ano de 2014, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Lançamento de 2º *gap analysis* no âmbito das orientações do EIOPA relativas ao sistema de governo;
- Implementação e documentação do ORSA em curso;
- Divulgação da segunda versão dos QRT's em sede de Comité de Gestão de Risco Global e de reuniões com as diferentes áreas da Companhia;
- Definição e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II;
- Participação no estudo QIS-2014;
- Definição do apetite ao risco;
- Monitorização e desenvolvimento de procedimentos adicionais de controlo do risco operacional relacionado com a fraude.

Em matéria de Solvência II foi adicionalmente efetuada a monitorização das ações previstas no plano de implementação do Programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

## 2.5 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, que ao resultado líquido do exercício de 2014, no montante positivo de 4 294 265,06 euros, seja feita a seguinte aplicação:

- 10% do Resultado do Exercício no montante de 429 426,51 euros para Reserva Legal;
- Pagamento de dividendos no montante de 3 800 000,00 euros;
- O remanescente para Resultados Transitados.

O rácio de solvência, após a aplicação de resultados atrás proposta, mantém-se acima dos níveis mínimos regulamentares exigidos.

## 2.6 Objetivos para 2015

O ano de 2015 será um ano para acelerar e aprofundar a estratégia definida em 2011. Assim, as linhas de negócio estratégicas serão, no Vida Risco:

- Individual:
  - Previdência;
  - Proteção ao Crédito Habitação;
- Empresas:
  - Proteção dos "Homens-chave" nas PME's;
  - Proteção dos profissionais deslocados profissionalmente no exterior (empresas exportadoras);

Salienta-se que nos Particulares, o novo processo de seleção do risco (com as Tele-entrevistas), permite uma aceleração do processo de venda, maior qualidade no apuramento do risco e uma tarifação própria para cada proponente. Este processo de seleção será progressivamente generalizado, tendo em conta a sua excelente aceitação por parte dos Parceiros de negócio e Clientes.

Haverá também continuidade da inovação por nichos de mercado, assim como um estudo em profundidade da viabilidade de uma oferta para Dependência. De notar que se pretende manter a qualidade de serviço percebida pelos Clientes Empresas e seus Corretores, o que permite uma taxa de renovação muito elevada.

Nos produtos de Poupança e Investimento a médio ou longo prazo, o ambiente de taxas de juro em mínimo históricos e o enquadramento Solvência II deverão levar a uma reformulação da oferta para novos contratos, afirmando-se principalmente a área de *Unit Linked*.

A base de atuação da T-Vida continuará inserida numa lógica de fidelização dos Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Parceiros de negócio da Tranquilidade (Agentes e Corretores), assente nos seguintes pilares:

1. O alargamento seletivo da base de Agentes distribuidores de produtos Tradicionais, Vida Risco e Poupança de médio longo prazo. O *coaching* da rede de Agentes para reforço das suas competências ao nível do aconselhamento de Soluções de Proteção e Segurança, assim como a disponibilização de ofertas inovadoras que dão resposta às necessidades das sociedades modernas, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento perspetivado.
2. A otimização do modelo de distribuição assurfinance aproveitando a experiência adquirida por esta rede na área do aconselhamento global aos seus clientes e a proximidade de relação com a rede bancária do Novo Banco.
3. O reforço da presença da T-Vida no Segmento Empresas, Grandes e Médias numa lógica de *Fringe Benefits* ou de *Employee Benefits*, com soluções ajustadas, às empresas e em particular às que atuam em diversas áreas geográficas ou com projeção internacional.
4. A abordagem ao segmento Negócios numa lógica de oferta integrada, Vida e Não Vida, continuará a ser desenvolvida e potenciada.

Os objetivos estabelecidos para 2015 estão de acordo com as expectativas de crescimento do setor e da economia.

## 2.7 Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Acionista Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., à imprescindível colaboração prestada pela GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A., bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia T-Vida.

Registamos igualmente com apreço, a nomeação dos novos Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, que contribuíram para que a Companhia apresente a esta data, uma informação financeira que cumpre com as melhores práticas internacionais do setor.

A T-Vida reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que o Grupo Tranquilidade, onde a T-Vida se insere, conseguisse ultrapassar com sucesso um dos anos mais desafiantes da sua história.

Lisboa, 31 de março de 2015

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
(Presidente)

Alexander Wallace Humphreys  
(Vogal)

Alexandre Miguel Varela Simões Lopes  
(Vogal)

Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur  
(Vogal)

João Carlos Dores Candeias Barata  
(Vogal)

**03**

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**



## 03. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2013
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	16 993		16 993	7 529
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação	6				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	211 239		211 239	277 687
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	360 093	538	359 555	231 638
<b>Empréstimos e Contas a Receber</b>		<b>5 800</b>		<b>5 800</b>	<b>81 723</b>
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	5 800		5 800	81 723
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros					
Investimentos a deter até à maturidade	6				70 564
<b>Terrenos e Edifícios</b>					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros ativos tangíveis					
Inventários					
Goodwill					
Outros ativos intangíveis	12	51 910	19 894	32 016	34 249
<b>Provisões Técnicas de Resseguro Cedido</b>		<b>1 495</b>		<b>1 495</b>	<b>1 640</b>
Provisão para prémios não adquiridos					
Provisão matemática do ramo vida	4	646		646	506
Provisão para sinistros	4	48		48	222
Provisão para participação nos resultados	4	801		801	912
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
<b>Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações</b>		<b>2 606</b>	<b>252</b>	<b>2 354</b>	<b>3 806</b>
Contas a receber por operações de seguro directo	13	2 236	252	1 984	1 400
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	111		111	9
Contas a receber por outras operações	13	259		259	2 397
<b>Ativos por Impostos</b>		<b>34</b>		<b>34</b>	<b>1 086</b>
Ativos por impostos correntes	24	34		34	970
Ativos por impostos diferidos	24				116
Acréscimos e diferimentos	13	544		544	2 937
Outros elementos do ativo	13	170 589		170 589	139 714
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Total Ativo</b>		<b>821 303</b>	<b>20 684</b>	<b>800 619</b>	<b>852 573</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DE CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
Alexander Wallace Humphreys  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes  
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur  
João Carlos Dores Candeias Barata

## Balço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
<b>Passivo</b>			
<b>Provisões Técnicas</b>		<b>299 767</b>	<b>305 478</b>
Provisão para prémios não adquiridos	4	1 780	1 509
Provisão matemática do ramo vida	4	278 831	290 678
<b>Provisão para Sinistros</b>			
De vida	4	9 973	10 625
Provisão para participação nos resultados	4	7 158	2 666
Provisão para compromissos de taxa	4	2 025	
Provisão para estabilização de carteira			
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	414 348	471 789
<b>Outros Passivos Financeiros</b>			<b>291</b>
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5		291
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	329	147
<b>Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações</b>		<b>3 446</b>	<b>3 748</b>
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	1 644	2 240
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	473	444
Contas a pagar por outras operações	13	1 329	1 064
<b>Passivos por Impostos</b>		<b>3 777</b>	<b>338</b>
Passivos por impostos correntes	24	3 586	338
Passivos por impostos diferidos	24	191	
Acréscimos e diferimentos	13	3 294	3 201
Outras provisões			
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
<b>Total Passivo</b>		<b>724 961</b>	<b>784 992</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	25	65 000	65 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital			
<b>Reservas de Reavaliação</b>		<b>5 352</b>	<b>-4 815</b>
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	5 352	-4 851
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	26		36
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	-1 555	894
Outras reservas	26	2 397	2 102
Resultados transitados		170	104
Resultado líquido do exercício		4 294	4 296
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>75 658</b>	<b>67 581</b>
<b>Total Passivo e Capital Próprio</b>		<b>800 619</b>	<b>852 573</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DE CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
Alexander Wallace Humphreys  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes  
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur  
João Carlos Soares Candeias Barata

## Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2013
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro</b>		<b>34 413</b>		<b>34 413</b>	<b>48 554</b>
Prémios brutos emitidos	14	37 712		37 712	50 593
Prémios de resseguro cedido	14	-3 028		-3 028	-2 041
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-271		-271	2
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	1 046		1 046	956
<b>Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro</b>	<b>4</b>	<b>63 694</b>		<b>63 694</b>	<b>56 512</b>
Montantes pagos		64 116		64 116	53 721
Montantes brutos		64 901		64 901	53 993
Parte dos resseguradores		-785		-785	-272
Provisão para sinistros (variação)		-422		-422	2 791
Montante bruto		-596		-596	2 761
Parte dos resseguradores		174		174	30
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	2 025		2 025	
<b>Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro</b>	<b>4</b>	<b>-30 570</b>		<b>-30 570</b>	<b>-7 974</b>
Montante bruto		-30 430		-30 430	-7 973
Parte dos resseguradores		-140		-140	-1
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	3 055		3 055	2 182
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>	<b>21</b>	<b>9 250</b>		<b>9 250</b>	<b>8 342</b>
Custos de aquisição		6 785		6 785	6 034
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	11		11	15
Gastos administrativos		3 386		3 386	3 357
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-932		-932	-1 064
<b>Rendimentos</b>	<b>16</b>	<b>8 631</b>	<b>556</b>	<b>9 187</b>	<b>13 055</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		8 449	556	9 005	12 830
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		182		182	225
<b>Gastos Financeiros</b>	<b>16</b>	<b>457</b>	<b>1</b>	<b>458</b>	<b>725</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		457	1	458	725
<b>Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas</b>		<b>8 087</b>	<b>1 298</b>	<b>9 385</b>	<b>3 057</b>
De ativos disponíveis para venda	17	8 720	1 298	10 018	4 245
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade	17	394		394	
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5 e 17	-1 063		-1 063	-1 420
De outros	17	36		36	232
<b>Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas</b>		<b>713</b>		<b>713</b>	<b>993</b>
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	713		713	993
Diferenças de câmbio	19	13		13	228
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)</b>		<b>418</b>	<b>174</b>	<b>592</b>	<b>746</b>
De ativos disponíveis para venda	6	418		418	813
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		174	174	-67
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-7		-7	-13
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/ gastos	20		518	518	416
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
<b>Resultado Líquido Antes de Impostos</b>		<b>4 567</b>	<b>2 197</b>	<b>6 764</b>	<b>6 713</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	24		-2 470	-2 470	-2 417
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	24				
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>4 567</b>	<b>-273</b>	<b>4 294</b>	<b>4 296</b>
Resultado por ação (em euros)	27			0,07	0,07

**04**

**DEMONSTRAÇÃO  
DO RENDIMENTO INTEGRAL**



## 04. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

### Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>	<b>7 718</b>	<b>2 396</b>
Variação de justo valor dos ativos financeiros e de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	10 167	2 671
Variação dos impostos correntes e diferidos	-2 449	-275
<b>Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>	<b>-135</b>	<b>-235</b>
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-135	-235
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
<b>Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos</b>	<b>7 583</b>	<b>2 161</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>4 294</b>	<b>4 296</b>
<b>Total do Rendimento Integral do Exercício</b>	<b>11 877</b>	<b>6 457</b>

**05**

**MAPA DE VARIAÇÃO  
DE CAPITAIS PRÓPRIOS**



## 05. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

### Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(milhares de euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	De instrumentos de Cobertura em Cobertura de Fluxo de Caixa		Reserva Legal	Outras Reservas			
<b>Balanco a 31 de Dezembro 2012</b>	<b>65 000</b>	<b>-7 754</b>	<b>268</b>	<b>1 169</b>	<b>1 884</b>	<b>0</b>	<b>77</b>	<b>4 530</b>	<b>65 174</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		2 903							2 903
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa			-232						-232
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-275					-275
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						-235			-235
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					453		-453		0
Distribuição de lucros							-4 050		-4 050
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							4 530	-4 530	0
<b>Total das Variações do Capital Próprio</b>	<b>0</b>	<b>2 903</b>	<b>-232</b>	<b>-275</b>	<b>453</b>	<b>-235</b>	<b>27</b>	<b>-4 530</b>	<b>-1 889</b>
Resultado líquido do exercício								4 296	4 296
<b>Balanco a 31 de Dezembro 2013</b>	<b>65 000</b>	<b>-4 851</b>	<b>36</b>	<b>894</b>	<b>2 337</b>	<b>-235</b>	<b>104</b>	<b>4 296</b>	<b>67 581</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		10 203							10 203
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa			-36						-36
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-2 449					-2 449
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						-135			-135
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					430		-430		0
Distribuição de lucros							-3 800		-3 800
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							4 296	-4 296	0
<b>Total das Variações do Capital Próprio</b>	<b>0</b>	<b>10 203</b>	<b>-36</b>	<b>-2 449</b>	<b>430</b>	<b>-135</b>	<b>66</b>	<b>-4 296</b>	<b>3 783</b>
Resultado líquido do exercício								4 294	4 294
<b>Balanco a 31 de Dezembro 2014</b>	<b>65 000</b>	<b>5 352</b>	<b>0</b>	<b>-1 555</b>	<b>2 767</b>	<b>-370</b>	<b>170</b>	<b>4 294</b>	<b>75 658</b>

**06**

**DEMONSTRAÇÃO  
DE FLUXOS DE CAIXA**



## 06. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

### Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais</b>	<b>-37 341</b>	<b>-54 681</b>
Resultado líquido do exercício	4 294	4 296
Depreciações e amortizações do exercício	2 549	2 602
Variação das provisões técnicas de seguro direto	-7 336	7 258
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-816	-1 017
Variação de passivos por contratos de investimento	-57 441	32 041
Variação de outras provisões	-	-1
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	1 278	-246
Variação de outros ativos e passivos por impostos	4 491	-1 761
Variação de outros ativos e passivos	-2 569	-34 151
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-302	1 819
Imparidade de activos disponíveis para venda	418	813
Imparidade de outros ativos	174	-67
Rendimentos e valias de ativos financeiros	46 308	-18 963
Variação de acréscimos e diferimentos	2 486	-1 319
Variação de outros elementos do ativo	-30 875	-45 985
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento</b>	<b>50 605</b>	<b>60 404</b>
Variação de investimentos	41 594	47 010
Dividendos recebidos	17	-
Juros	9 310	14 009
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-316	-615
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento</b>	<b>-3 800</b>	<b>-4 050</b>
Distribuição de dividendos	-3 800	-4 050
Subscrição de capital/ prestações acessórias	-	-
<b>Variação Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem</b>	<b>9 464</b>	<b>1 673</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	7 529	5 856
Caixa e equivalentes no fim do exercício	16 993	7 529

**07**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**



## 07. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

#### Nota 1 - Informações Gerais

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de julho de 2006 tendo como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, com início em 1 de agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

Em 1 de agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A..

A Companhia tem sede social na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 507684486 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. A Companhia prossegue o exercício da atividade de seguros Vida sob a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), mediante a autorização n.º 1165.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

#### Nota 2 - Informação por Segmentos

A T-Vida explora o ramo de seguros vida, para o qual foi autorizada pelo ASF e, apesar de dispor de uma gama variada de produtos, a sua estratégia assenta essencialmente na oferta de Soluções de Proteção e Reforma para os segmentos de clientes Particulares e Empresas.

A sua política e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/ benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio. De salientar o bom desempenho apresentado pelos seguros de vida risco, (+9,2%), num contexto de forte retração do mercado de crédito, o que consolida a estratégia da T-Vida em orientar-se para soluções de Proteção/Previdência.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013, do segmento de negócio, é como segue:

(milhares de euros)

2014	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	37 712	24 627	13 085	-
Comissões de contratos de investimento	1 046	-	-	1 046
Prémios brutos adquiridos	37 441	24 356	13 085	-
Resultado dos investimentos	16 569	6 411	12 224	-2 066
Custos com sinistros brutos	64 305	16 859	47 446	-
Varição da provisão matemática	-30 430	-2 025	-28 405	-
Varição da provisão para compromissos de taxa	2 025	1 699	326	-
Participação nos resultados	3 055	1 553	1 502	-
Custos de exploração brutos	10 182	5 321	1 932	2 929
Saldo de resseguro	-1 345	-1 345	-	-
Resultado técnico	4 567	6 007	2 508	-3 948
<b>Rubricas de Balanço</b>				
Ativos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	723 031	93 530	212 607	416 894
Provisões técnicas	299 767	90 772	208 995	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	414 348	-	-	414 348

(milhares de euros)

2013	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	50 593	27 243	23 350	-
Comissões de contratos de investimento	956	-	-	956
Prémios brutos adquiridos	50 595	27 245	23 350	-
Resultado dos investimentos	15 285	3 309	12 403	-426
Custos com sinistros brutos	56 754	16 074	40 680	-
Varição da provisão matemática	-7 973	2 994	-10 967	-
Participação nos resultados	2 182	1 271	911	-
Custos de exploração brutos	9 406	4 213	2 274	2 918
Saldo de resseguro	-734	-734	-	-
Resultado Técnico	5 720	5 254	2 854	-2 389
<b>Rubricas de Balanço</b>				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	783 846	96 032	250 425	437 389
Provisões técnicas	305 478	91 017	214 461	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	471 789	-	-	471 789

## Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

### Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da T-Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2014, a T-Vida adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a T-Vida ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., acionista único da T-Vida.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 31 de março de 2015.

## Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

### Investimentos em subsidiárias

#### Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia controla o fundo de investimento imobiliário FUNDES – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado que é consolidado nas demonstrações financeiras da casa-mãe, Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

### Ativos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através do ganhos e perdas, que inclui:
  - Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
  - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
    - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
    - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
    - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
  - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
  - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
  - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros

reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a T-Vida não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

#### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

A Companhia adotou em 2011 esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

#### Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

## Derivados embutidos

Os derivativos que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivativos embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## Contabilidade de cobertura

### Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

### Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras a Companhia não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de justo valor.

### Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

## Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

## Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O *VIF* corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

## Loações

A Companhia classifica as operações de locação existentes como locações operacionais, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações, dado que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos não são transferidos para o locatário.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a T-Vida cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratamentos de resseguro cedido.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

## Benefícios aos empregados

### Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### **Plano de contribuição definida**

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

#### **Prémio de permanência**

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

#### **Bónus**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

#### **Responsabilidade por férias e subsídio de férias**

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

### **Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### **Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

### **Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

## Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prêmios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ASF.

## Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

## Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

## Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

## Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua adequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão matemática de contratos vida, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (iv) provisão para estabilização de carteira e (v) provisão para prémios não adquiridos.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

## Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

### Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro e Investimento

#### Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prêmios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

#### Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### Prêmios

Os prêmios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

#### Provisão para prêmios não adquiridos

A Provisão para Prêmios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prêmios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prêmios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

#### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prêmios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

#### Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
<b>Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)</b>		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a Junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0,56% e 2,75%
<b>Seguros em caso de Vida (*)</b>		
Rendas - Até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3% e 2,25%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
<b>Seguros em caso de Morte (*)</b>		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010	0%
<b>Seguros Mistos (*)</b>		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(\*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(\*\*) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2014.

As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respetivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de retorno dos ativos a cobrir provisões técnicas. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados através da provisão para compromissos de taxa.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

#### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

### Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

### Provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCEs 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

### Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto e em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

As metodologias que suportam o cálculo das provisões, não sofreram qualquer alteração relativamente aos métodos e pressupostos do ano anterior.

### Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual refletida na conta de ganhos e perdas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2014	2013	2014	2013
Tradicionalis	1 780	1 509	-271	2
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 780</b>	<b>1 509</b>	<b>-271</b>	<b>2</b>

A provisão para sinistros de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2014	2013	2014	2013
Tradicionalis	3 806	4 151	-345	706
Capitalização com participação nos resultados	6 167	6 474	-251	2 055
<b>Total</b>	<b>9 973</b>	<b>10 625</b>	<b>-596</b>	<b>2 761</b>

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 869 milhares de euros (2013: 342 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, para produtos exclusivamente tradicionais, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2013 (1)	Sinistros* Pagos em 2014 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2014 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Produtos de risco	3 513	3 033	1 744	1 264
Restantes produtos tradicionais**	638	707	375	444
<b>Total</b>	<b>4 151</b>	<b>3 740</b>	<b>2 119</b>	<b>1 708</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2013 e anteriores.  
\*\* Inclui vencimentos, rendas e resgates.

Os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação às responsabilidades efetivas da Companhia.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2014	2013	2014	2013
Tradicionalis	48	222	174	30
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>222</b>	<b>174</b>	<b>30</b>

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2014 e 2013:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>2 666</b>	<b>2 442</b>
Variação participação atribuída	3 055	2 182
Pagamentos	-1 625	-1 451
Incorporação em provisão matemática	-429	-507
Variação da participação a atribuir ( <i>shadow accounting</i> )	3 491	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>7 158</b>	<b>2 666</b>

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efetuado apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo apresentou a seguinte evolução em 2014 e 2013:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>912</b>	<b>742</b>
Variação participação atribuída	850	1 047
Recebimentos	-961	-877
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>801</b>	<b>912</b>

A provisão matemática refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2014 e 2013, é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>290 678</b>	<b>285 039</b>
Variação do ano	-30 430	-7 973
Incorporação de participação nos resultados	429	507
Outros movimentos	18 154	13 105
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>278 831</b>	<b>290 678</b>

Os valores de Outros movimentos em 2013 e 2014 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2014	2013	2014	2013
Tradicionalis	646	506	-140	-1
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>646</b>	<b>506</b>	<b>-140</b>	<b>-1</b>

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2014	2013	2014	2013
Tradicionalis	1 699	-	1 699	-
Capitalização com participação nos resultados	326	-	326	-
<b>Total</b>	<b>2 025</b>	<b>-</b>	<b>2 025</b>	<b>-</b>

## Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo vida, o risco pode ser subdividido em:

- Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/ diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado;
- Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto;
- Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada;
- Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afete os contratos dos seguros de Vida.

Para o efeito, importa salientar que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O programa de resseguro em 2014 é constituído pelos tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Excedente
Vida Grupo	Excedente
Vida Crédito Individual	Excedente
Vida VTCC2.0	Excedente
Vida Profissionais de Saúde	Excedente
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)
Vida Protecção de Cúmulos	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Quota parte
Saúde	Quota parte
Vida (Proteção aos Prémios)	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, foi realizada para os riscos de Mortalidade e de Despesas, com as perdas esperadas pela aplicação de cenários de choque a serem descritas em seguida:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2014	2013
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-925	-834
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados	-1 744	-3 096

## Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

### Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela T-Vida, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas

para a gestão do risco, sistema de controlo interno e compliance. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, acresce ainda referir que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2014	2013
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-1	-

### Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2014	2013
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-600	-1 069

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2014	2013
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-220	-

### Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A exposição a este risco provinha, em 2013, apenas de fundos de investimento imobiliário. Não é incluída avaliação sobre fundos autónomos representativos de passivos de contratos de investimento em que risco é do tomador de seguro, que em 31 de dezembro de 2014 significavam cerca de 204 milhões de euros.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2014	2013
Imóveis (FII)	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-	-4 870

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

De seguida apresentam-se os valores das análises de sensibilidade a este risco:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2014	2013
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	15 654	6 655
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-14 582	-6 082

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2014	2013
Taxa de juro	Descida de 10 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos Passivos	-1 146	-
	Subida de 10 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos Passivos	1 128	-

### Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações corporate, existindo também em crédito estruturado.

(milhares de euros)

Rating	2014		2013	
	%	Valor	%	Valor
AAA	10%	33 757	7%	16 142
AA	22%	53 060	4%	10 204
A	24%	58 630	5%	11 385
BBB	47%	114 282	18%	43 359
BB	33%	81 873	61%	150 544
B	2%	4 261	2%	4 155
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	3%	7 920	3%	9 302
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>353 783</b>	<b>100%</b>	<b>245 091</b>

Estes valores não incluem depósitos e ativos das carteiras *Unit Linked* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2014			2013		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	6%	19 956	-	1%	2 137	-
Comunicações	3%	12 643	-	12%	29 833	-
Bens consumíveis (cíclico)	7%	24 505	-	2%	5 068	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	8%	29 126	-	1%	2 010	-
Energia	2%	7 225	-	3%	8 153	-
Financeiro	19%	68 058	-	21%	54 086	-
Fundos	2%	8 743	-538	4%	11 174	-482
Dívida Pública	41%	149 468	-	37%	93 967	-331
Industrial	4%	13 686	-	4%	10 291	-
Tecnologia	2%	5 490	-	0%	-	-
Serviços públicos/ coletivos	6%	21 868	-	12%	30 968	-
Outros	0%	1 759	-	3%	8 909	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>362 527</b>	<b>-538</b>	<b>100%</b>	<b>256 596</b>	<b>-813</b>

Os valores englobam as rubricas de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e Investimentos a deter até à maturidade. São excluídos os fundos de investimento imobiliário, por razões de coerência com a não inclusão nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos e ativos das carteiras *Unit Linked* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

De forma a avaliar e mitigar esse risco e conforme se encontra estipulado na Política de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, a Companhia efetua trimestralmente, para os doze meses seguintes, um plano de tesouraria numa base mensal, sendo o mesmo ajustado em função das necessidades existentes ou dos excedentes de capital verificados.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados, dos ativos e passivos financeiros, de 2014 e 2013, e da provisão matemática de 2014, é como segue:

(milhares de euros)

2014	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	27 396	3 473	22 696	433 556	267 773	11 636	766 530
Passivos financeiros e provisão matemática	3 333	5 966	20 937	350 208	309 681	6 500	696 625
<b>Líquido</b>	<b>24 063</b>	<b>-2 493</b>	<b>1 759</b>	<b>83 348</b>	<b>-41 908</b>	<b>5 136</b>	<b>69 905</b>

(milhares de euros)

2013	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	47 269	38 443	67 161	441 340	146 750	71 698	812 661
Passivos financeiros	2 379	5 494	12 194	359 932	95 829	-	475 828
<b>Líquido</b>	<b>44 890</b>	<b>32 949</b>	<b>54 967</b>	<b>81 408</b>	<b>50 921</b>	<b>71 698</b>	<b>336 833</b>

## Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e é efetuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano. Os *ratings* dos resseguradores são analisados como segue:

Ressegurador	Rating
Munich Re	AA-
Scor Global Life	A+
RGA Re	AA-
Nacional Reaseguros	A-
Swiss Reinsurance	AA-
Europ Assistance	n.a
Tranquilidade	n.a
GE Financial Insurance	n.a

## Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na T-Vida face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de Normativos Internos e Manuais de Procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no

acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;

- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na T-Vida para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a T-Vida se encontra sujeita;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a T-Vida apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

## Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da T-Vida (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e compliance;
- Um terceiro nível representado pela Direção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na T-Vida encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma da ASF nº 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a T-Vida dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

## Solvência

A T-Vida monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, da ASF e o cálculo da respetiva margem estimada apresenta os seguintes componentes:

(%)

	2014	2013
<b>Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>39 842</b>	<b>29 532</b>
<b>Margem de Solvência a Constituir</b>	<b>20 342</b>	<b>19 823</b>
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	19 311	18 864
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	441	470
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	590	489
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 700
<b>Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência</b>	<b>19 500</b>	<b>9 709</b>
<b>Taxa de Cobertura da Margem de Solvência</b>	<b>195,9%</b>	<b>149,0%</b>

## Rácios de atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

(%)

	2014	2013
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	170,5%	110,5%
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	60,4%	40,4%
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	7,7%	5,4%
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	3,8%	3,0%

## Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa. Para cada produto novo são efetuadas análises de viabilidade futura.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

## Nota 5 - Passivos por Contratos de Investimento e Outros Passivos Financeiros

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

(milhares de euros)

	Financeiros Sem Participação nos Resultados	United Linked	PPR United Linked	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 1 de Janeiro de 2013	108 744	7 299	45 153	278 552	439 748
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	60 415	171	520	-	61 106
Montantes pagos	-16 578	-336	-6 920	-	-23 834
Juros técnicos	5 992	454	1 481	-53	7 874
Outros movimentos	-13 105	-	-	-	-13 105
<b>Saldos a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>145 468</b>	<b>7 588</b>	<b>40 234</b>	<b>278 499</b>	<b>471 789</b>
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	45 721	4 644	330	-	50 695
Montantes pagos	-22 232	-3 517	-5 677	-	-31 426
Juros técnicos	6 040	744	1 571	-66 911	-58 556
Outros movimentos	-18 154	-	-	-	-18 154
<b>Saldos a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>156 843</b>	<b>9 459</b>	<b>36 458</b>	<b>211 588</b>	<b>414 348</b>

Os valores de Outros movimentos em 2013 e 2014 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2014			2013		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>	<b>70 592</b>	<b>-5 996</b>	<b>64 596</b>	<b>4 542</b>	<b>-6 424</b>	<b>-1 882</b>
Capitalização	67 882	-3 784	64 098	1 685	-2 116	-431
PPR	2 710	-2 212	498	2 857	-4 308	-1 451
<b>Valorizados ao Custo Amortizado</b>	<b>136</b>	<b>-6 176</b>	<b>-6 040</b>	<b>124</b>	<b>-6 116</b>	<b>-5 992</b>
Capitalização	-	-3 890	-3 890	-	-4 011	-4 011
PPR	136	-2 286	-2 150	124	-2 105	-1 981
<b>Total</b>	<b>70 728</b>	<b>-12 172</b>	<b>58 556</b>	<b>4 666</b>	<b>-12 540</b>	<b>-7 874</b>

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

O valor dos passivos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2014			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos produtos unit linked	-	257 505	-	257 505
Derivados	-	-	-	-
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>257 505</b>	<b>-</b>	<b>257 505</b>

(milhares de euros)

	2013			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos produtos unit linked	-	326 321	-	326 321
Derivados	-	-	-	-
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>326 321</b>	<b>-</b>	<b>326 321</b>

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Outros passivos financeiros	-	-
Acordos de recompra - Valores a pagar	-	-
Outros	-	291
<b>Valor de Balanço</b>	<b>-</b>	<b>291</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

## Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Ativos financeiros disponíveis para venda	359 555	231 638
Depósitos a prazo	5 800	81 723
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	211 239	277 687
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	70 564
<b>Total Participações e Instrumentos Financeiros</b>	<b>576 594</b>	<b>661 612</b>

### Ativos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	281	777
De outros emissores	3 366	3 027
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	207 592	273 883
<b>Valor de Balanço</b>	<b>211 239</b>	<b>277 687</b>
Valor de aquisição	306 294	306 796

A Companhia possuiu nesta tipologia em 2014 e 2013, instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

(milhares de euros)		
Tipo de Risco	2014	2013
Crédito estruturado	2 433	2 277
Derivado de crédito	-	-
<b>Total</b>	<b>2 433</b>	<b>2 277</b>

## Ativos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	149 468	39 692
De outros emissores	201 882	132 558
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	8 205	59 388
<b>Valor de Balanço</b>	<b>359 555</b>	<b>231 638</b>

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

(milhares de euros)					
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	39 440	193	59	-	39 692
De outros emissores	133 759	1 827	-2 697	-331	132 558
Ações	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	59 630	-	240	-482	59 388
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>232 829</b>	<b>2 020</b>	<b>-2 398</b>	<b>-813</b>	<b>231 638</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	146 978	1 520	970	-	149 468
De outros emissores	192 608	1 643	7 631	-	201 882
Ações	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	8 501	-	242	-538	8 205
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>348 087</b>	<b>3 163</b>	<b>8 843</b>	<b>-538</b>	<b>359 555</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>813</b>	<b>-</b>
Dotações do exercício	418	813
Anulações do exercício por venda de ativos	-693	-
Reversões do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>538</b>	<b>813</b>

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	331
Ações e outros títulos de rendimento variável	418	482
<b>Total</b>	<b>418</b>	<b>813</b>

### Investimentos a deter até à maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
De emissores públicos	-	53 943
De outros emissores	-	16 621
<b>Valor de Balanço</b>	<b>-</b>	<b>70 564</b>
Valor de balanço (sem juro decorrido)	-	69 347
Valor de aquisição	-	67 610
Valor de mercado	-	74 183

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	53 943	-	53 943
De outros emissores	16 621	-	16 621
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>70 564</b>	<b>-</b>	<b>70 564</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	-	-	-
De outros emissores	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Durante 2014, a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 ("tainting"). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a T-Vida não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 93 400 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	(milhares de euros)									
	Na Data de Transferência									
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros <sup>(a)</sup>	Taxa Efetiva <sup>(b)</sup>	Valor de Mercado com Juro Decorrido (final do exercício)		Reserva de Justo Valor Amortizada Acumulada (final do exercício)	
			Positiva	Negativa			2013	2014	2013	2014
De ativos financeiros disponíveis para venda	98 387	93 400	-	-6 096	119 639	7,0%	67 803	-	-3 643	-6 096

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Impacto no capital próprio		
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	-	3 321
- Reserva por impostos diferidos	-	-963
	<b>-</b>	<b>2 358</b>

## Derivados de cobertura

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia detinha instrumentos financeiros de cobertura, que visavam a cobertura de fluxos de caixa. Para o efeito, celebrou contratos designados de Swaps de taxa de juro, i.e., contratos em que uma série de fluxos financeiros, numa dada moeda, determinados pela taxa de juro, são trocados durante um período predefinido.

No caso concreto, os contratos celebrados tiveram como propósito a troca de juro de taxa variável por juro de taxa fixa, com o objetivo de proteção face alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro, incutidas na formação da taxa de juro das obrigações de taxa variável, detidas pela Companhia.

Durante o exercício de 2010, a Companhia procedeu ao término dos referidos contratos de cobertura, mantendo em alguns casos, os ativos de taxa variável sobre os quais os riscos de fluxos de caixa estavam cobertos.

As quantias reconhecidas em 2014 e 2013 em Capital Próprio, com origem direta nos derivados de cobertura estabelecidos, foram os seguintes:

(milhares de euros)

	2014	2013
Ganhos e perdas	36	232
Reserva de reavaliação	-36	-232
<b>Total Reconhecido em Capital Próprio</b>	-	-
Valor nocional	-	-

Os valores registados em Ganhos e Perdas foram contabilizados na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados – Outros.

Os valores registados na Reserva de Reavaliação, contabilizados na rubrica “Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa”, totalizavam a 31 de dezembro de 2013 o valor de 36 milhares de euros e o seu desreconhecimento prospetivo, de acordo com os requisitos do IAS 39, terminou em 2014.

## Justo valor de ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2014		2013	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16 993	16 993	7 529	7 529
Empréstimos e contas a receber	5 800	5 800	81 723	81 723
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	74 183	70 564
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 354	2 354	3 806	3 806
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>	<b>25 147</b>	<b>25 147</b>	<b>167 241</b>	<b>163 622</b>
Passivos financeiros de contratos de investimento	152 935	156 843	132 464	145 468
Outros passivos financeiros	-	-	291	291
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 446	3 446	3 748	3 748
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>	<b>156 381</b>	<b>160 289</b>	<b>136 503</b>	<b>149 507</b>

Adicionalmente de referir que, em 2014, o justo valor da Provisão matemática expressa nas demonstrações financeiras ( 278 831 milhares de euros) é de 297 183 milhares de euros.

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Todos os outros ativos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço, com exceção dos Investimentos a deter até à maturidade em que o justo valor foi determinado com base em cotações de mercado.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e Investimentos a deter até à maturidade que são de Nível 1.



De entre os ativos contemplados no nível, 204 161 milhares de euros correspondem a unidades de participação em fundos de investimento fechados e 2 197 milhares de euros a fundos *private equity*, cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
		2014	2014	2014	2014
Fundos de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-			220
Fundos de Investimento	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-220			-

Não é incluída avaliação de impactos para os casos de fundos autónomos representativos de passivos de contratos de investimento em que risco é do tomador de seguro.

## Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de dezembro de 2013, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2013					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	343	343	1	0,5%	1	1
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	777	777	-	3,3%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade	46 898	48 910	-1 620	4,1%	3	1
<b>Total</b>	<b>48 018</b>	<b>50 030</b>	<b>-1 620</b>			

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia detém dívida titulada soberana portuguesa mas já não se enquadra nesta análise porque o país saiu do âmbito do programa em causa em 2014.

## Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Caixa	-	1
Depósitos em instituições de crédito	16 993	7 528
<b>Total</b>	<b>16 993</b>	<b>7 529</b>

## Nota 11 - Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

(milhares de euros)

	2014				Total
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afetos	
Caixa e equivalentes	5 213	323	8 057	3 400	16 993
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 433	-	208 806	-	211 239
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	295 634	28 781	-	35 140	359 555
Empréstimos concedidos e contas a receber	5 000	800	-	-	5 800
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	129 180	41 409	36 443	207 032
	<b>308 280</b>	<b>159 084</b>	<b>258 272</b>	<b>74 983</b>	<b>800 619</b>

(milhares de euros)

	2013				Total
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afetos	
Caixa e equivalentes	4 301	11	274	2 943	7 529
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 278	-	275 409	-	277 687
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	203 831	6 992	1 879	18 936	231 638
Empréstimos concedidos e contas a receber	66 842	3 750	8 439	2 692	81 723
Investimentos a deter até à maturidade	68 829	-	507	1 228	70 564
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	91 965	48 163	43 304	183 432
	<b>346 081</b>	<b>102 718</b>	<b>334 671</b>	<b>69 103</b>	<b>852 573</b>

## Nota 12 - Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de ativos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 3 anos para o software e os outros ativos intangíveis, e sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Value in force* (VIF) corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este ativo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido nas políticas contabilísticas, a T-Vida efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF, concluindo pela inexistência de uma perda de imparidade que devesse ser reconhecida. O teste foi efetuado com base numa avaliação feita pela Companhia considerando as condições de mercado e uma taxa de desconto de 10%.

O saldo das rubricas dos Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Outros Intangíveis</b>	<b>51 910</b>	<b>51 594</b>
Value in force	50 000	50 000
Software	1 685	817
Em curso	225	777
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>-19 894</b>	<b>-17 345</b>
<b>Imparidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>32 016</b>	<b>34 249</b>

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Value in Force	Software	Outros	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2013</b>	<b>35 366</b>	<b>430</b>	<b>440</b>	<b>36 236</b>
Adições	-	33	582	615
Amortizações do exercício	-2 427	-175	-	-2 602
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	242	-242	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>32 939</b>	<b>530</b>	<b>780</b>	<b>34 249</b>
Adições	-	-	316	316
Amortizações do exercício	-2 201	-348	-	-2 549
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	869	-869	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>30 738</b>	<b>1 051</b>	<b>227</b>	<b>32 016</b>

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

(milhares de euros)

	2015	2016	2017	2018	2019	Após
Amortização estimada	2 217	2 074	2 129	2 022	1 791	20 505

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Total de Amortizações do Exercício</b>	<b>2 549</b>	<b>2 602</b>
<b>Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro</b>		
Montantes pagos - Montantes brutos	127	130
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>		
Custos de aquisição	382	390
Gastos administrativos	2 040	2 082
<b>Gastos Financeiros</b>		
Outros	-	-

## Nota 13 - Outros Ativos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

### Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Ativo Bruto</b>	<b>2 236</b>	<b>1 478</b>
Tomadores de seguro (recibos por cobrar)	2 012	1 176
Mediadores de seguro	17	2
Cosseguradoras	207	300
<b>Ajustamentos</b>	<b>-252</b>	<b>-78</b>
Recibos por cobrar	-252	-78
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Ativo Líquido</b>	<b>1 984</b>	<b>1 400</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Ativo Bruto</b>	<b>111</b>	<b>9</b>
Resseguradores	47	9
Ressegurados	64	-
<b>Ajustamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Ativo Líquido</b>	<b>111</b>	<b>9</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Ativo Bruto</b>	<b>259</b>	<b>2 397</b>
Entidades relacionadas	203	1 537
Pessoal	13	12
Outros valores a receber	43	848
<b>Ajustamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Ativo Líquido</b>	<b>259</b>	<b>2 397</b>

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Ajustamento de Recibos por Cobrar</b>		
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>78</b>	<b>145</b>
Dotações do exercício	174	-
Utilizações do exercício	-	-67
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>252</b>	<b>78</b>

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Acréscimos de Rendimentos</b>	<b>412</b>	<b>2 773</b>
Rendimentos financeiros de resseguro cedido	412	2 773
<b>Gastos Diferidos</b>	<b>132</b>	<b>164</b>
Custos de aquisição	132	164
<b>Total</b>	<b>544</b>	<b>2 937</b>

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo diz respeito a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida e é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>139 714</b>	<b>93 730</b>
Depósitos recebidos	48 875	47 942
Benefícios pagos	-25 050	-8 253
Juro técnico do exercício	7 050	6 295
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>170 589</b>	<b>139 714</b>

### Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Tomadores de seguro		
- Estornos a pagar	705	318
- Prémios recebidos antecipadamente	-	752
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	66	27
- Contas correntes	848	1 058
Cosseguradoras	25	85
<b>Total</b>	<b>1 644</b>	<b>2 240</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2014	2013
Resseguradores	473	444
Ressegurados	-	-
<b>Total</b>	<b>473</b>	<b>444</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2014	2013
Entidades relacionadas	764	80
Outros fornecedores de bens e serviços	90	120
Pessoal	13	6
Outros valores a pagar	462	858
<b>Total</b>	<b>1 329</b>	<b>1 064</b>

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2014	2013
Rendimentos Diferidos	-	-
<b>Acréscimo de Custos</b>	<b>3 294</b>	<b>3 201</b>
- Custos com pessoal (subsídios e encargos)	457	203
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	1 092	966
- Fornecimentos e serviços externos	281	439
- Serviços prestados a empresas relacionadas	10	158
- Comissões canal bancário	1 454	1 435
<b>Total</b>	<b>3 294</b>	<b>3 201</b>

## Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios de contratos de seguro direto e resseguro aceite são analisados como segue:

	(milhares de euros)					
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Vida</b>						
Tradicionais	24 627	27 243	-271	2	24 356	27 245
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	13 085	23 350	-	-	13 085	23 350
<b>Total</b>	<b>37 712</b>	<b>50 593</b>	<b>-271</b>	<b>2</b>	<b>37 441</b>	<b>50 595</b>

Os prémios de contratos de resseguro cedido são analisados como segue:

	(milhares de euros)					
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Vida</b>						
Tradicionais	3 028	2 041	-	-	3 028	2 041
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3 028</b>	<b>2 041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 028</b>	<b>2 041</b>

A indicação de alguns valores do ramo vida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2014	2013
<b>Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto e Resseguro Aceite</b>	<b>37 712</b>	<b>50 593</b>
Relativos a contratos individuais	24 724	39 569
Relativos a contratos de grupo	12 988	11 024
	<b>37 712</b>	<b>50 593</b>
Periódicos	27 821	24 078
Não periódicos	9 891	26 515
	<b>37 712</b>	<b>50 593</b>
De contratos sem participação nos resultados	19 287	21 777
De contratos com participação nos resultados	18 425	28 816
	<b>37 712</b>	<b>50 593</b>
<b>Saldo de Resseguro</b>	<b>-1 345</b>	<b>-734</b>

## Nota 15 - Comissões Recebidas de Contratos de Seguro

Nos contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

São classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

## Nota 16 - Rendimentos/ Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de réditos é como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Juros</b>	<b>9 170</b>	<b>13 055</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 772	5 547
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	165	225
Ativos financeiros detidos até à maturidade	1 390	4 649
Depósitos, empréstimos e outros ativos	843	2 634
<b>Dividendos</b>	<b>17</b>	<b>-</b>
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	17	-
<b>Derivados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>9 187</b>	<b>13 055</b>

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo, é como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
De emissores públicos	3 118	4 559
De outros emissores	5 209	5 862
<b>Ações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros títulos de rendimento variável	17	-
Imóveis	-	-
Depósitos	843	2 539
Empréstimos e outros ativos	-	95
<b>Total</b>	<b>9 187</b>	<b>13 055</b>

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Custos imputados à função investimentos	458	386
Juros de acordos de recompra	-	339
<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>725</b>

## Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)						
	2014			2013		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados</b>	<b>25 817</b>	<b>-10 392</b>	<b>15 425</b>	<b>13 377</b>	<b>-4 328</b>	<b>9 049</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	20 410	-10 392	10 018	8 573	-4 328	4 245
Investimentos a deter até à maturidade	394	-	394	-	-	-
Derivados de cobertura	36	-	36	232	-	232
Ativos financeiros geridos por terceiros	4 977	-	4 977	4 572	-	4 572
<b>Financeiros - Ao Justo Valor por Resultados</b>	<b>71</b>	<b>-93</b>	<b>-22</b>	<b>305</b>	<b>-31</b>	<b>274</b>
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	71	-93	-22	305	-31	274
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25 888</b>	<b>-10 485</b>	<b>15 403</b>	<b>13 682</b>	<b>-4 359</b>	<b>9 323</b>

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento não *Unit Linked* comercializados pela T-Vida.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -6 040 milhares de euros (2013: -5 992 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

## Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2014			2013		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	525	-66 459	-65 934	1 221	-293	928
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros geridos por terceiros	2 073	-	2 073	1 673	-	1 673
<b>Total</b>	<b>2 598</b>	<b>-66 459</b>	<b>-63 861</b>	<b>2 894</b>	<b>-293</b>	<b>2 601</b>

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento *Unit Linked* comercializados pela T-Vida.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de 64 596 milhares de euros (2013: -1 882 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

## Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014			2013		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	-5	13	274	-35	239
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	30	-41	-11
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>-5</b>	<b>13</b>	<b>304</b>	<b>-76</b>	<b>228</b>

## Nota 20 - Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Outros Rendimentos Técnicos</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
Comissões de gestão de cosseguro	3	-
<b>Outros Gastos Técnicos</b>	<b>10</b>	<b>13</b>
Comissões de gestão de cosseguro	10	13
<b>Valor do Ganhos e Perdas</b>	<b>-7</b>	<b>-13</b>

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Outros Rendimentos Não Técnicos</b>	<b>962</b>	<b>576</b>
Correções e acertos	910	511
Outros ganhos	52	65
<b>Outros Gastos Não Técnicos</b>	<b>444</b>	<b>160</b>
Penalidades	1	1
Mecenato	67	-
Ofertas a clientes	3	3
Quotizações diversas	-	2
Acerto saldos devedores	117	34
Correções e acertos	152	54
Serviços bancários e juros de mora	44	35
Outros gastos	60	31
<b>Valor do Ganhos e Perdas</b>	<b>518</b>	<b>416</b>

## Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

(milhares de euros) (%)

2014	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	181	9%	964	48%	803	40%	60	3%	2 008	100%
Fornecimentos e serviços externos	88	6%	871	59%	476	33%	29	2%	1 464	100%
Impostos	-	0%	27	63%	-	0%	16	37%	43	100%
Amortizações	127	5%	382	15%	2 040	80%	-	0%	2 549	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	353	100%	353	100%
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>6%</b>	<b>2 244</b>	<b>35%</b>	<b>3 319</b>	<b>52%</b>	<b>458</b>	<b>7%</b>	<b>6 417</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros) (%)

2013	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	156	9%	830	48%	691	40%	52	3%	1 729	100%
Fornecimentos e serviços externos	88	6%	870	59%	476	33%	29	2%	1 463	100%
Impostos	-	0%	34	63%	-	0%	20	37%	54	100%
Amortizações	130	5%	390	15%	2 082	80%	-	0%	2 602	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	285	100%	285	100%
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>6%</b>	<b>2 124</b>	<b>35%</b>	<b>3 249</b>	<b>53%</b>	<b>386</b>	<b>6%</b>	<b>6 133</b>	<b>100%</b>

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Combustíveis	21	26
Material de escritório, impressos e outros	1	2
Artigos para oferta	-	7
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	-	3
Manutenção de equipamento informático	48	59
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	54	68
Despesas de deslocação e representação	77	72
Correios	103	95
Seguros	-	-
Avenças e honorários	17	17
Publicidade e marketing	194	324
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	355	221
Serviços e desenvolvimentos informáticos	286	221
Quotizações APS	11	11
Cobrança de prémios	72	100
Trabalho temporário	23	5
Prestação de serviços operacionais	136	158
Outros serviços e fornecimentos diversos	66	74
<b>Total</b>	<b>1 464</b>	<b>1 463</b>

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Taxa para a ASF	43	54
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>54</b>

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Despesas de investigação e desenvolvimento	348	175
Intangível - value in force	2 201	2 427
<b>Total</b>	<b>2 549</b>	<b>2 602</b>

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	353	285
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>285</b>

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	2 151	1 666
Custos imputados	2 244	2 124
Outros custos de aquisição	2 390	2 244
Custos de aquisição diferidos (variação)	11	15
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	67	108
Custos imputados	3 319	3 249
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-932	-1 064
<b>Total</b>	<b>9 250</b>	<b>8 342</b>

## Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2014	2013
Diretores	1	1
Gestores	3	2
Coordenadores	1	1
Técnicos	13	15
Especialista operacional	4	3
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>22</b>

O montante das Despesas com pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Remunerações - órgãos sociais	386	441
Remunerações - pessoal	1 026	948
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	72	79
Encargos sobre remunerações - pessoal	204	193
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	147	-4
Seguros obrigatórios	34	14
Gastos de ação social	36	38
Outros gastos com pessoal	103	20
<b>Total</b>	<b>2 008</b>	<b>1 729</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2014 pelo Revisor Oficial de Contas que cessou funções, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas, perfizeram o montante de 4,5 milhares de euros.

Os honorários faturados durante o exercício de 2014 pela KPMG que é o novo Revisor Oficial de Contas para o exercício de 2014, no âmbito dos serviços de auditoria e de consultadoria fiscal, perfizeram os montantes de 62 milhares de euros e 4 milhares de euros, respetivamente.

## Nota 23 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

### Pensões de reforma

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até admitidos até 22 de junho de 1995.

Adicionalmente, assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Administradores benefícios pensões de reforma por velhice, invalidez e morte.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma na T-Vida é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2014.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2014 e 2013, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2014	2013
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	0,5% - 1% (*)	1% - 2,5% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,5% - 1% (*)	0% - 2,5% (*)
Taxas de rendimento do fundo	2,25%	3,75%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,5% - 1% (*)	1% - 2,5% (*)
Taxa de desconto	2,25%	3,75%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
<b>Método de valorização atuarial</b>	Project Unit Credit Method	

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2014	2013
Ativos	4	5
Reformados	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2014	2013
(milhares de euros)		
<b>Ativos/ (Responsabilidades)</b>		
<b>Líquidas Reconhecidas em Balanço</b>		
Responsabilidades em 31 de dezembro	-511	-217
Saldo do fundo em 31 de dezembro	182	70
<b>Ativos/ (Responsabilidades)</b>		
<b>Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>-329</b>	<b>-147</b>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2014	2013
(milhares de euros)		
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>217</b>	<b>-</b>
Alteração ao plano	-	-
Custo dos juros	74	-
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	144	217
<i>Curtailment</i>	76	-
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>511</b>	<b>217</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser analisada como segue:

	2014	2013
(milhares de euros)		
<b>Saldo do Fundo em 1 de Janeiro</b>	<b>70</b>	<b>84</b>
Alteração ao plano	-	-
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	3	4
Ganhos e perdas atuariais	9	-18
Transferências de outros fundos	100	-
<b>Saldo do Fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>182</b>	<b>70</b>

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

	2014	2013
(milhares de euros)		
<b>Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro</b>	<b>235</b>	<b>-</b>
(Ganhos) e perdas atuariais		
- nas responsabilidades	144	217
- nos ativos do plano	-9	18
<b>Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro</b>	<b>370</b>	<b>235</b>

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2014 e 2013 pode ser analisada como segue:

	2014	2013
(milhares de euros)		
<b>(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>147</b>	<b>-84</b>
Alteração do plano	-	-
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	144	217
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-9	18
Encargos do ano:		
- Custo dos juros líquidos do saldo da cobertura das responsabilidades	71	-4
Transferências de outros fundos	-100	-
<i>Curtailment</i>	76	-
<b>(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>329</b>	<b>147</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Custo dos juros líquidos do saldo da cobertura das responsabilidades	71	-4
Curtailement	76	-
Alteração do plano	-	-
<b>Custos do Exercício</b>	<b>147</b>	<b>-4</b>

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2014	2013
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 876	4 414
Títulos de rendimento fixo	34 457	31 990
Imobiliário	8 276	8 286
Liquidez	2 968	1 074
Outros ativos	1 516	4 315
<b>Total</b>	<b>52 094</b>	<b>50 079</b>

Os valores de ativos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual a associada T-Vida representa cerca de 0,35% (2013: 0,14%) do total do fundo.

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)				
	2014		2013	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Varição na taxa de desconto das responsabilidades	-17	18	-10	11

## Nota 24 - Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2014 e 2013 foi apurado com base nas taxas nominais de imposto e derrama de 29,50% e 29,00%, respetivamente, e que correspondem às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Os resultados fiscais negativos apresentados pela Companhia nos exercícios de 2008, 2010 e 2011 foram integralmente recuperados até 2013, deixando de haver lugar a apuramento de imposto diferido ativo no final desse exercício.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2014 e 2013 explica-se como segue:

(milhares de euros)				
	2014		2013	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	-	3 386	934	-
Retenção de imposto na fonte	1	138	-	188
Imposto sobre o valor acrescentado	-	3	-	-
Outros impostos e taxas	-	54	-	139
Contribuições para a segurança social	33	5	36	11
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>3 586</b>	<b>970</b>	<b>338</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Investimentos	0	116	191	-	191	116
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>116</b>	<b>191</b>	<b>-</b>	<b>191</b>	<b>116</b>

Em 31 de dezembro de 2014, e em função das alterações legislativas emanadas no final do ano em matéria de imposto sobre o rendimento, sobre as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2015, a Companhia alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 27,5% para 25,5%, associada a diferenças temporárias (redução de cerca de 15 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos no exercício de 2014 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2014	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
<b>Imposto Corrente</b>	<b>-2 142</b>	<b>-2 470</b>	<b>-4 612</b>
Estimativa de IRC	-2 142	-2 419	-4 561
Imposto autónomo	-	-51	-51
<b>Imposto Diferido</b>	<b>-307</b>	<b>-</b>	<b>-307</b>
Investimentos	-307	-	-307
Prejuízos fiscais	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-2 449</b>	<b>-2 470</b>	<b>-4 919</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Resultado antes de impostos	6 765	6 713
Taxa de imposto	29,50%	29,00%
<b>Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial</b>	<b>-1 996</b>	<b>-1 947</b>
Benefícios fiscais	6	2
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-429	-438
Imposto autónomo	-51	-34
<b>Imposto Corrente + Diferido</b>	<b>-2 470</b>	<b>-2 417</b>

## Nota 25 - Capital

O capital da T-Vida, de 65 milhões de euros representado por 65 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 20 milhões de euros em 2006 e 45 milhões de euros em 2008.

## Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

### Reservas por impostos diferidos e correntes

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

### Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

### Reserva Desvios Atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, a T-Vida reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Reservas de Justo Valor de Ativos Financeiros e Instrumentos de Cobertura</b>	<b>5 352</b>	<b>-4 815</b>
<b>Reserva por Impostos Diferidos e Correntes</b>	<b>-1 555</b>	<b>894</b>
<b>Outras Reservas</b>	<b>2 397</b>	<b>2 102</b>
- Reserva legal	2 767	2 337
- Reserva desvios atuariais	-370	-235
- Reservas livres	-	-
<b>Reservas</b>	<b>6 194</b>	<b>-1 819</b>

Em 31 de dezembro de 2014, e em função das alterações legislativas emanadas no final do ano em matéria de imposto sobre o rendimento, sobre as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2015, a Companhia alterou a taxa utilizada no cálculo de impostos diferidos com efeito na Reserva, de 27,50% para 25,50% (redução de cerca de 15 milhares de euros).

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Títulos de rendimento variável	242	240
Títulos de rendimento fixo	8 601	-5 091
Derivados de cobertura	-	36
Shadow accounting	-3 491	-
<b>Reservas de Justo Valor</b>	<b>5 352</b>	<b>-4 815</b>

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	348 087	232 829
Imparidade	-538	-813
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	347 549	232 016
Justo valor dos derivados de cobertura	-	-
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	356 392	229 618
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	8 843	-2 398
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	36
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para investimentos detidos até à maturidade	-	-2 453
Shadow accounting	-3 491	-
Impostos diferidos e correntes	-1 555	894
<b>Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos</b>	<b>3 797</b>	<b>-3 921</b>

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	<b>-3 921</b>	<b>-6 317</b>
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	14 076	3 484
Imparidade reconhecida no ano	-418	-813
Variação de shadow accounting	-3 491	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-2 449	-275
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>3 797</b>	<b>-3 921</b>

## Nota 27 - Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014	2013
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	4 294	4 296
Número de ações (final do exercício)	65 000 000	65 000 000
<b>Resultados por Ação (em euros)</b>	<b>0,07</b>	<b>0,07</b>

## Nota 28 - Dividendos por Ação

A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., ao qual, durante o exercício de 2014 e 2013, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2014	2013
Dividendos (em milhares de euros)	3 800	4 050
Número de ações (início do exercício)	65 000 000	65 000 000
<b>Dividendos por Ação (em euros)</b>	<b>0,06</b>	<b>0,06</b>

## Nota 29 - Transações entre Partes Relacionadas

O capital da T-Vida é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades eram englobadas, em 31 de dezembro de 2014, no perímetro de consolidação do ESFG - *Espírito Santo Financial Group*.

Os relacionamentos entre a T-Vida e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, comercialização de seguros, resseguro e prestação de serviços administrativos e técnicos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o montante global dos ativos e passivos da T-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2014				2013			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
BAC	96	-	-	-	80	-	-	-
NOVO BANCO	17 425	1 226	1 354	911	31 391	1 932	1 850	2 185
GNB VIDA	171 002	10	136	635	143 802	158	158	902
BESI	185	-	-	-	3	-	-	-
BEST	156	12	-	-	208	16	-	-
E.S. FINANTIAL PORTUGAL	-	-	-	-	4 708	-	-	265
E.S. CONTACT CENTER	-	8	182	-	-	-	16	-
ESAF	-	185	181	-	-	-	166	-
ESFG	15	-	17	-	15	-	17	-
ESUMÉDICA	-	-	-	-	1	6	25	-
LOGO	4	-	-	-	-	3	-	-
TRQ ANGOLA	-	43	-	-	31	-	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	-	21	-	-	6	-	-	-
ESFIL	-	-	-	-	11 200	-	-	524
ADVANCECARE	-	15	189	-	-	5	49	-
ES- SERVIÇOS, 2, ACE	-	4	42	-	-	4	42	-
MULTIPESSOAL	-	-	5	-	-	5	5	-
TOP ATLANTICO	-	1	163	-	-	3	146	-
E.S. INNOVATION	-	-	-	-	-	1	-	-
TRANQUILIDADE	197	638	-	1 113	179	59	-	-
	<b>189 079</b>	<b>2 163</b>	<b>2 268</b>	<b>2 659</b>	<b>191 624</b>	<b>2 192</b>	<b>2 474</b>	<b>3 876</b>

Em 18 de julho de 2014, os instrumentos de dívida de curto prazo da ESFG detidos pela T-Vida foram adquiridos ao valor nominal pela Tranquilidade, acionista única da T-Vida.

### Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

### Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte. A maturidade das prestações vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	11	25	53

### Nota 36 - Acontecimentos Após a Data de Balanço Não Descritos em Pontos Anteriores

Em 15 de janeiro de 2015, a Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., acionista único da T-Vida, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF.

As demonstrações financeiras da T-Vida em 31 de dezembro de 2014 reconhecem uma operação de capitalização celebrada com o BES, S.A. em 2008 no montante de 204,2 milhões de euros considerando a mensuração dos ativos subjacentes, nomeadamente do Fundes - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, com base na informação do valor das unidades de participação divulgada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários tendo em consideração os critérios de reconhecimento e mensuração definidos por esta Entidade.

Em 30 de março de 2015, por pedido expresso do Novo Banco, S.A. e no contexto da resolução do BES, S.A., foi proposto o resgate desta operação de capitalização por reembolso em espécie dos ativos que a constituíam refletidos no património de um fundo imobiliário no valor de 156,8 milhões de euros e pela liquidação financeira do remanescente ao Novo Banco, S.A..

O valor proposto pelo Novo Banco S.A. decorre dos procedimentos adotados no contexto da resolução do BES, S.A..

Esta operação de capitalização é um produto *Unit Linked*, em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (Novo Banco, S.A.) pelo que quaisquer apreciações ou depreciações de justo valor dos ativos subjacentes são assumidas pelo próprio. Nessa base, a diferença apurada entre a mensuração anteriormente considerada e o valor do resgate (qualquer que ele fosse) não tem qualquer impacto nos resultados e capitais próprios da T-Vida.

Em 31 de março de 2015, a T-Vida subscreveu uma emissão obrigacionista de 20 milhões de euros da sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l.. Este investimento foi realizado unicamente com recurso a ativos livres da T-Vida tendo esta operação intra-grupo sido previamente apresentada à ASF.

## Nota 37 - Outras Informações

### Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

#### IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo. O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de novembro.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a

contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes. Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014 de 13 de junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de junho de 2014)

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

A Companhia está a avaliar os impactos nas demonstrações financeiras decorrentes desta interpretação.

**A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

#### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

### Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

- **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- **IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços

são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

### Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2015).

- **IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- **IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures**

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

- **IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios**

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- **IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.**

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral

(OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018. A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido, ou no momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente, ou ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera quaisquer os impactos decorrentes da adoção desta norma.

### Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

### IAS 27: Equity Method in Separate Financial Statements

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Companhia não terá qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
NOVO BANCO 5.875% 11/15 FVO		200 000,00	100,85%	102,6%	205 200,00	101,7%	203 363,97
<b>Total</b>		<b>200 000,00</b>			<b>205 200,00</b>		<b>203 363,97</b>
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES LIQUIDEZ - FEI ABERTO FVO	3 583			5,44	19 507,56	5,57	19 954,01
ES TESOURARIA ACTIVA FVO	1 578			7,62	12 022,65	7,64	12 054,85
ES TRADING FUND	10 000			104,80	1 048 000,00	122,05	1 220 500,00
<b>Subtotal</b>	<b>15 161</b>	<b>0,00</b>			<b>1 079 530,21</b>		<b>1 252 508,85</b>
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 01/23/15		4 000 000,00	99,99%	99,9%	3 996 128,04	100,0%	3 999 400,00
BT 0% 07/17/15		12 350 000,00	99,86%	99,7%	12 307 944,40	99,9%	12 332 710,00
PORT OT 4.75% 06/14/19		5 000 000,00	114,07%	113,2%	5 659 500,00	116,7%	5 833 636,98
PT OT 4.8% 06/15/20		15 300 000,00	115,99%	115,9%	17 725 050,00	118,6%	18 146 103,91
PT OT 5.65% 02/15/24		6 200 000,00	123,67%	121,2%	7 517 160,00	128,6%	7 973 382,60
PT OT 6.4% 02/15/16 FVO		250 000,00	106,62%	83,7%	209 250,00	112,2%	280 521,06
<b>Subtotal</b>	<b>43 100 000,00</b>				<b>47 415 032,44</b>		<b>48 565 754,55</b>
2.1.2.3 - De outros emissores							
BCP 3.75% 10/16		1 000 000,00	104,74%	91,4%	914 256,48	105,6%	1 056 030,14
BRISA 4.5% 12/16		6 000 000,00	106,79%	102,5%	6 151 200,00	107,1%	6 426 332,88
CELULOSE BEIRA FLOAT 03/19		2 000 000,00	100,00%	99,5%	1 990 894,00	101,1%	2 021 529,84
CXGD 3% 01/15/19		2 000 000,00	109,11%	99,5%	1 989 040,00	112,0%	2 239 634,25
EDP FINANCE 2.625% 04/19		2 500 000,00	103,42%	99,3%	2 481 800,00	105,3%	2 632 121,58
EDP FINANCE 4.625% 06/16		3 000 000,00	104,70%	102,7%	3 081 700,00	107,2%	3 217 407,54
EDP FINANCE 5.875% 02/16 FVO		100 000,00	105,01%	98,9%	98 900,00	110,4%	110 366,93
GALP ENERGIA SGPS FLOAT 18		3 500 000,00	102,75%	100,0%	3 500 700,00	103,0%	3 605 154,19
PORTUCEL SA 5.375% 20-19		2 000 000,00	107,11%	101,9%	2 038 600,00	107,8%	2 155 697,50
PORTUGAL TELECOM 5.625% 02/16 FVO		100 000,00	103,47%	97,2%	97 200,00	108,5%	108 495,97
VERSE 1 SNR 4.172% 16/02/17		1 218 544,99	102,58%	100,0%	1 218 544,99	102,7%	1 251 960,47
Dep Prazo EUR BES					800 000,00		800 006,67
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					5 000 000,00		5 000 187,50
<b>Subtotal</b>		<b>23 418 544,99</b>			<b>29 362 835,47</b>		<b>30 624 925,46</b>
<b>Subtotal</b>		<b>66 518 544,99</b>			<b>76 777 867,91</b>		<b>79 190 680,01</b>
<b>Total</b>	<b>15 161</b>	<b>66 518 544,99</b>			<b>77 857 398,12</b>		<b>80 443 188,86</b>
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DBX S&P 500 EUR HEDGED ETF	70 000			31,68	2 217 697,46	31,85	2 229 500,00
EUROFIN SICAV SIF	2 735			1 000,01	2 735 317,23	803,07	2 196 632,80
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	69 119			10,54	728 607,94	13,26	916 522,18
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	52 259			10,47	547 179,73	13,13	686 163,30
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	60 730			9,38	569 817,43	12,93	785 243,94
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	30 740			10,02	308 011,54	13,21	406 079,23
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	9 212			20,52	189 027,47	27,85	256 567,85
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	12 520			19,48	243 911,25	27,84	348 569,61
FUNDO ESP INV IMOB FECHADO	300 000			1 000,00	300 000 000,00	680,54	204 161 130,00
INCOMETRIC FUND	435 724			5,74	2 500 012,50	5,87	2 557 697,78
<b>Subtotal</b>	<b>1 043 041</b>				<b>310 039 582,55</b>		<b>214 544 106,68</b>

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPS 1.15% 05/17		12 500 000,00	100,95%	101,1%	12 633 713,90	101,1%	12 636 866,44
BUNDES OBG 0.25% 04/13/2018		10 000 000,00	100,86%	100,4%	10 041 425,00	101,0%	10 103 945,20
BUNDES OBL 2.25% 04/10/2015		1 000 000,00	100,59%	100,3%	1 002 934,33	102,2%	1 022 185,62
BUNDES OBLG 0.5% 04/12/19		15 000 000,00	102,27%	101,1%	15 158 895,48	102,6%	15 393 791,10
FRANCE GOVT 1% 11/25/18		12 000 000,00	103,28%	102,8%	12 335 120,00	103,4%	12 404 835,62
NETHERLANDS GOV 0.5% 04/17		7 500 000,00	101,14%	101,1%	7 582 050,00	101,6%	7 620 878,42
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/17		1 250 000,00	105,10%	99,6%	1 244 870,64	107,5%	1 343 715,75
NETHERLANDS GOVT 3.25% 07/15		1 250 000,00	101,73%	101,1%	1 264 220,47	103,2%	1 290 434,94
REPUBLIC OF ICELAND 2.5% 07/20		1 300 000,00	101,00%	99,7%	1 295 996,00	102,2%	1 328 047,95
SPANISH GOVT 2.1% 04/30/17		10 750 000,00	103,34%	103,8%	11 161 712,50	104,7%	11 260 580,82
SPANISH GOVT 3.25% 04/16		9 000 000,00	103,35%	105,1%	9 456 275,00	105,5%	9 497 835,61
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/18		7 000 000,00	102,59%	102,3%	7 160 500,00	103,4%	7 237 487,95
<b>Subtotal</b>		<b>88 550 000,00</b>			<b>90 337 713,32</b>		<b>91 140 605,42</b>
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
CASSA DEPOSITI PRESTITI 1% 01/26/18		500 000,00	100,08%	100,0%	499 935,00	100,2%	500 874,45
COMMUNITY MADRID 2,875% 04/2019		2 000 000,00	107,21%	100,6%	2 011 000,00	109,8%	2 195 811,23
CORES 2.5% 10/24		600 000,00	105,23%	99,5%	597 120,00	105,8%	634 515,29
EUROPEAN FIN STAB FACILITY 1.125% 11/17		6 500 000,00	103,16%	102,9%	6 689 750,00	103,3%	6 711 285,62
<b>Subtotal</b>		<b>9 600 000,00</b>			<b>9 797 805,00</b>		<b>10 042 486,59</b>
2.2.2.3 - De outros emissores							
2I RETE GAS SPA 1.125% 01/20		2 500 000,00	100,00%	99,5%	2 488 100,00	100,1%	2 502 109,59
A2A SPA 4.5% 11/19		2 000 000,00	115,40%	106,9%	2 138 000,00	115,8%	2 316 116,98
ADIDAS AG 1.25% 10/21		750 000,00	99,95%	99,1%	743 587,50	100,2%	751 767,53
AIR FRANCE - KLM 3.875% 06/21		1 000 000,00	100,00%	99,3%	992 500,00	102,1%	1 020 808,22
AIR LIQUIDE 1.875% 06/24		3 500 000,00	107,66%	98,4%	3 444 805,00	108,7%	3 805 817,05
AKZO NOBEL 1.75% 11/24 FVO		100 000,00	102,78%	99,5%	99 519,00	103,0%	103 041,90
ALFA LAVAL TREASURY FLOAT 19		1 000 000,00	100,40%	100,0%	1 000 000,00	100,4%	1 004 314,08
AMERICA MOVIL 1% 06/04/18		3 000 000,00	101,42%	99,7%	2 990 310,00	102,0%	3 059 980,26
ANGLO AMERICAN CAP 3.25% 04/23		4 750 000,00	108,12%	99,8%	4 741 945,00	110,5%	5 250 788,60
APPLE INC 1% 11/10/22		3 000 000,00	101,24%	99,5%	2 985 750,00	101,4%	3 041 511,78
ARCELORMITTAL 2.875% 07/20		3 000 000,00	101,16%	99,2%	2 975 460,00	102,6%	3 077 244,24
ASTRAZENECA PLC 0.875% 11/24/21		1 000 000,00	100,54%	99,1%	991 190,00	100,6%	1 006 276,99
AT&T 1.45% 06/01/22		1 500 000,00	102,11%	99,7%	1 495 710,00	102,2%	1 533 438,08
AT&T 1.45% 06/01/22 FVO		100 000,00	102,11%	99,7%	99 714,00	102,2%	102 229,21
AUST & NZ BANKING GROUP FLOAT 10/28/19		3 400 000,00	99,87%	100,0%	3 400 000,00	100,0%	3 398 545,55
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1.75% 10/24		500 000,00	102,60%	99,0%	494 935,00	103,0%	514 860,89
AUTOROUTES PARIS 1.875% 01/25		500 000,00	102,26%	99,5%	497 495,00	102,5%	512 415,14
AUTOROUTES PARIS 1.875% 01/25 FVO		100 000,00	102,26%	99,5%	99 499,00	102,5%	102 483,03
BABCOCK INTL GROUP 1.75% 10/22		500 000,00	102,91%	99,5%	497 710,00	103,3%	516 596,64
BANCO POPULAR 2.125% 10/19		3 000 000,00	106,35%	99,5%	2 985 570,00	106,8%	3 205 231,23
BANCO SABADELL 2.5% 12/16		700 000,00	102,75%	99,8%	698 425,00	102,9%	720 517,58
BANCO SANTANDER TOTTA 1.625% 06/19		6 000 000,00	104,13%	99,6%	5 975 460,00	105,0%	6 302 206,02
BANK OF AMERICA 1.375% 09/10/21		2 000 000,00	101,83%	99,4%	1 988 240,00	102,2%	2 044 978,36
BANKINTER 1.75% 06/19		3 300 000,00	103,27%	99,6%	3 286 404,00	104,2%	3 440 186,71
BBVA 2.25% 06/24		3 500 000,00	110,55%	99,4%	3 477 425,00	111,8%	3 912 762,19
BBVA SENIOR FINANCE 2.375% 01/19		500 000,00	106,51%	99,7%	498 745,00	108,7%	543 709,25
BHARTI AIRTEL INTERNAT 3,375% 05/2021		750 000,00	105,89%	99,2%	744 360,00	108,0%	809 778,60
BP CAPITAL 1.526% 09/22		1 500 000,00	102,63%	100,0%	1 500 000,00	103,0%	1 545 593,10
BPE FINANCIACIONES 2.5% 02/17		1 500 000,00	102,14%	99,7%	1 495 335,00	104,5%	1 567 251,99
BRITISH TELECOM 1.125% 06/19		3 000 000,00	101,60%	99,5%	2 985 240,00	102,2%	3 066 713,01
CARLSBERG BREWERIES 2,5% 05/2024		3 000 000,00	103,20%	99,0%	2 969 730,00	104,7%	3 140 469,04
CARREFOUR 1.75% 07/22		500 000,00	104,80%	99,3%	496 460,00	105,6%	528 066,37
CASINO GUICHARD PERRACHO 2.33% 25-24		3 000 000,00	101,92%	100,0%	3 000 000,00	102,1%	3 061 884,66
CITIGROUP 1.375% 10/27/21		3 200 000,00	101,77%	99,4%	3 180 960,00	102,0%	3 264 411,62
CITIGROUP 1.375% 10/27/21 FVO		100 000,00	101,77%	99,4%	99 405,00	102,0%	102 012,86
CNH INDUSTRIAL 2.75% 03/18/19		3 000 000,00	101,01%	99,5%	2 984 130,00	103,2%	3 095 365,90
CNH INDUSTRIAL FIN 2.875% 09/27/21		500 000,00	101,46%	99,2%	496 100,00	102,2%	511 105,21
COCA-COLA 1.125% 09/22/22		1 000 000,00	102,48%	99,1%	991 440,00	102,8%	1 027 912,19
CREDIT SUISSE 1,375% 11/2019		2 500 000,00	103,32%	99,9%	2 496 375,00	103,4%	2 586 113,70
CREDIT SUISSE LONDON 1.375% 01/31/22		500 000,00	102,77%	99,7%	498 625,00	103,1%	515 582,88

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
CRH FINANCE GERMANY 1.75% 07/21		2 000 000,00	103,49%	99,8%	1 996 480,00	104,3%	2 085 829,58
DAIMLER AG 1.875% 07/24		2 000 000,00	107,31%	99,1%	1 981 300,00	108,2%	2 164 362,20
DANSKE BANK 1.25% 06/21		5 000 000,00	104,57%	99,8%	4 992 350,00	105,3%	5 263 210,27
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		1 000 000,00	105,71%	99,4%	994 120,00	106,7%	1 067 238,36
DEUTSCHE LUFTHANSA 1.125% 09/19		2 500 000,00	99,83%	99,6%	2 490 500,00	100,2%	2 504 151,02
DIAGEO 1.125% 05/19		2 000 000,00	102,87%	101,7%	2 034 305,38	103,6%	2 071 209,86
EADS FINANCE 2.375% 04/24		1 000 000,00	110,73%	100,6%	1 005 720,00	112,5%	1 125 093,70
ESSILOR INTERNATIONAL 1.75% 04/21		1 400 000,00	105,79%	99,4%	1 391 516,00	107,1%	1 498 928,79
FCE BANK 1.875% 06/24/21		750 000,00	103,72%	99,9%	749 220,00	104,7%	785 220,21
FERROVIAL SA 2.5% 07/24		1 000 000,00	106,41%	99,5%	994 590,00	107,6%	1 075 715,34
FGA CAPITAL 2.625% 04/19		1 000 000,00	103,44%	99,5%	995 020,00	105,3%	1 052 954,79
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		2 200 000,00	112,33%	99,7%	2 194 148,00	114,7%	2 522 423,86
GDF SUEZ 1.375% 05/20		1 500 000,00	104,37%	99,3%	1 490 175,00	105,2%	1 578 350,55
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		500 000,00	101,55%	99,9%	499 410,00	101,9%	509 742,74
GLENCORE FINANCE EUROPE 1.625% 01/22		1 000 000,00	100,18%	99,2%	992 380,00	100,7%	1 006 519,18
GOLDMAN SACHS 2.125% 09/30/24		500 000,00	104,32%	99,8%	499 020,00	104,9%	524 263,08
GOLDMAN SACHS FLOAT 10/29/19		3 000 000,00	100,21%	99,9%	2 995 530,00	100,4%	3 010 759,50
HUTCHISON 1.375% 10/21		500 000,00	101,09%	99,7%	498 740,00	101,3%	506 583,97
IBERDROLA 2.5% 10/22		1 800 000,00	109,32%	99,7%	1 794 960,00	109,8%	1 976 161,56
IBM CORP 1.25% 05/26/23		2 000 000,00	101,79%	99,8%	1 995 560,00	101,9%	2 038 117,26
INFRA FOCH SAS 1.25% 10/20		600 000,00	101,15%	99,8%	598 758,00	101,4%	608 461,64
JPMORGAN CHASE 1.375% 09/16/21		1 000 000,00	102,61%	99,8%	998 280,00	103,0%	1 030 133,15
LEASEPLAN CORP FLOAT 04/17		2 000 000,00	99,87%	99,9%	1 997 480,00	100,0%	1 999 283,00
LLOYDS BANK FLOAT 19		300 000,00	99,94%	99,9%	299 550,00	100,0%	299 922,10
LLOYDS BANK PLC 1% 11/19/21		1 000 000,00	101,06%	99,2%	992 030,00	101,2%	1 011 720,68
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		2 500 000,00	97,17%	102,7%	2 567 696,46	97,3%	2 433 374,79
MACQUARIE BANK 1% 09/16/19		700 000,00	100,76%	100,0%	700 000,00	101,0%	707 331,87
METRO AG 1.375% 10/21		3 500 000,00	100,01%	99,2%	3 473 645,00	100,3%	3 508 928,36
MORGAN STANLEY 2.375% 03/31/21		3 000 000,00	107,40%	99,6%	2 988 540,00	109,2%	3 275 681,52
NESTLE FIN INTL 0.75% 11/21		3 000 000,00	101,50%	99,5%	2 986 120,00	101,6%	3 048 178,77
NOVARTIS 0.75% 11/21		3 000 000,00	100,74%	99,6%	2 988 340,00	100,8%	3 025 498,77
NYKREFIT REALKREDIT FLOAT 09/19		1 000 000,00	100,06%	100,0%	1 000 000,00	100,1%	1 001 008,66
PEPSICO INC 1.75% 04/28/21		750 000,00	106,05%	99,5%	746 332,50	107,2%	804 241,85
PETROBRAS FINANCE 2.75% 01/2018		1 000 000,00	91,75%	93,1%	931 400,00	94,4%	943 925,21
PETROLEOS MEXICANOS 5.5% 01/17		1 000 000,00	107,65%	108,5%	1 085 000,00	113,0%	1 130 123,84
PGE SWEDEN 1.625%		2 100 000,00	102,03%	99,5%	2 088 534,00	102,9%	2 161 733,09
PIRELLI INT 1.75% 11/19 FVO		100 000,00	100,47%	99,5%	99 498,00	100,7%	100 680,16
PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1 000 000,00	101,23%	99,8%	998 340,00	101,6%	1 015 522,05
RCI BANQUE 1.125% 09/19		500 000,00	101,50%	99,8%	499 180,00	101,8%	508 927,81
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		3 000 000,00	107,48%	99,4%	2 981 190,00	109,5%	3 284 719,32
RENAULT 3.625% 09/18		2 250 000,00	108,56%	99,6%	2 240 707,50	109,6%	2 465 503,76
RTE RESEAU DE TRANSPORT 1.625% 10/08/24		700 000,00	103,72%	99,0%	692 860,00	104,1%	728 671,81
SANOFI FLOAT 09/18		1 600 000,00	100,27%	100,0%	1 600 000,00	100,3%	1 604 611,20
SAP SE 1.125% 02/20/23		400 000,00	102,53%	99,5%	397 912,00	102,7%	410 617,48
SNAM SPA 1.5% 04/19		690 000,00	102,90%	99,4%	685 528,80	103,9%	717 113,60
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	105,60%	99,9%	699 629,00	106,5%	745 583,71
SYDNEY AIRPORT 2.75% 04/24		1 300 000,00	109,91%	99,8%	1 297 985,00	111,8%	1 453 486,19
TELEFONICA EMSIONES 2,242% 05/2022		2 000 000,00	106,59%	100,0%	2 000 000,00	107,9%	2 158 521,15
TESCO CORP 1.375% 07/19		1 700 000,00	95,19%	99,7%	1 694 628,00	95,9%	1 629 966,52
THYSSENKRUPP 3.125% 10/19		2 000 000,00	105,29%	99,2%	1 984 020,00	105,9%	2 117 332,60
TORONTO-DOMINION BANK 0.75% 10/29/21		2 400 000,00	100,98%	99,8%	2 394 144,00	101,1%	2 426 698,85
TOYOTA MOTOR CREDIT 1% 09/10/21		3 000 000,00	102,07%	99,9%	2 995 760,00	102,4%	3 071 215,48
UNIBAIL-RODAMCO 1.375% 10/22		700 000,00	102,95%	99,8%	698 474,00	103,2%	722 652,48
UNIONE DI BANCHE ITALIAN 1.25% 02/25		400 000,00	100,09%	99,0%	396 088,00	100,3%	401 103,73
VERBUND AG 1.5% 11/24		1 500 000,00	100,90%	98,4%	1 476 555,00	101,1%	1 516 012,40
VODAFONE GROUP 1% 09/11/20		2 000 000,00	100,43%	99,3%	1 986 960,00	100,7%	2 014 722,19
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		500 000,00	103,75%	99,9%	499 585,00	104,2%	521 129,11
VOLKSWAGEN LEASING 2.125% 04/04/22		3 000 000,00	109,25%	99,8%	2 995 400,00	110,8%	3 324 862,19
VOLVO TREASURY FLOAT 09/17		2 500 000,00	100,08%	100,0%	2 500 750,00	100,1%	2 502 813,88
WELLS FARGO 2.125% 06/04/24		2 000 000,00	107,86%	99,2%	1 983 300,00	109,1%	2 181 592,06
WESFARMERS 1.25% 10/21		1 500 000,00	101,86%	99,8%	1 496 910,00	102,2%	1 532 281,44
	Subtotal	172 790 000,00			172 336 303,14		180 219 812,79
	Subtotal	270 940 000,00			272 471 821,46		281 402 904,80
	Total	1 043 041	270 940 000,00		582 511 404,01		495 947 011,48
	Total	1 058 202	337 458 544,99		660 368 802,13		576 390 200,34
<b>3 - TOTAL GERAL</b>		1 058 202	337 658 544,99		660 574 002,13		576 593 564,31



**08**

**DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS  
DE REMUNERAÇÃO**



## 08. DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2014;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASF.

### Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

#### 1. Introdução

De acordo com o definido na Lei nº. 28/2009, de 19 de junho, as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, nas quais a T-Vida. Companhia de Seguros, S.A. (“T-Vida”) se insere, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelas disposições regulamentares constantes da Norma Regulamentar nº 5/2010-R e da Circular nº 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.

É pois, com base neste enquadramento legal e regulamentar, que se procede à elaboração da presente política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. para o ano de 2015, na qual claramente se encontram consagrados os princípios considerados fundamentais a este nível, como sejam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da sociedade;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com a proteção dos interesses do acionista, clientes e colaboradores da sociedade;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

#### 2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

A política de remuneração dos órgãos sociais da T-Vida é, nos termos previstos no Artigo 20º do Contrato de Sociedade, aprovada em sede de Assembleia Geral.

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

#### 3. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

As remunerações de cada membro do Conselho de Administração serão definidas diretamente pelo acionista em sede de Assembleia Geral.

Em 2015, os Membros do Conselho de Administração não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

Sem prejuízo do acima exposto, o acionista, tendo sempre presente os resultados da avaliação de desempenho individual e global dos membros do Conselho Administração, o grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Sociedade, designadamente, do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, bem como a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas, poderá aprovar em sede de Assembleia Geral, em relação ao Administradores com funções executivas, a atribuição de uma remuneração variável.

A remuneração variável, quando existente, é referente ao desempenho de curto prazo e depende de decisão a tomar pela acionista única em Assembleia Geral de acordo com a avaliação e com base nos critérios acima referidos.

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário, em mês posterior à aprovação das contas do exercício do ano a que diz respeito.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral definir, que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos que vierem oportunamente a ser definidos.

O Presidente do Conselho de Administração, bem como os seus Membros com funções executivas têm ainda direito a uma pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, nos termos previstos no fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pelo GNB - Fundos de pensões, S.A..

As principais características do Plano de Pensões constantes no contrato constitutivo do fundo de pensões assinado entre a Entidade Gestora e os Associados (T-Vida) são as seguintes:

- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se, em caso de velhice, na data em que o Administrador atinge a idade normal de reforma para efeitos da segurança Social, e ainda em caso de invalidez;
- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os Administradores completam cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido essas funções na T-Vida pelo período de tempo pensionável para o efeito previsto no contrato constitutivo do Fundo de Pensões.

As pensões ou complementos de pensões a atribuir, aos quais será sempre deduzida a pensão anual de reforma concedida pela segurança social e/ou por qualquer sociedade financeira, ou seguradora ao abrigo de acidentes de trabalho, nunca serão superiores ao salário pensionável do Administrador em causa.

O regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral realizada no dia 1 de novembro de 2013. Em todo o caso esta matéria encontra-se atualmente em apreciação.

Para além das situações acima descritas, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

#### 4. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

Em 2015, os respetivos membros não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

#### 5. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

#### 6. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 14º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário.

Em 2015, os respetivos membros não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

### Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da T-Vida Durante o Ano de 2014

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável <sup>(2)</sup>	
<b>Conselho de Administração</b>			<b>259,3</b>
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Presidente) <sup>(1)</sup>	52,5	0,0	52,5
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso <sup>(1)</sup>	52,5	0,0	52,5
António Miguel Natário Rio-Tinto <sup>(1)</sup>	49,3	0,0	49,3
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno <sup>(1)</sup>	52,5	0,0	52,5
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	52,5	0,0	52,5
<b>Conselho Fiscal</b>			<b>27,6</b>
José Manuel Macedo Pereira (Presidente) <sup>(1)</sup>	13,5	0,0	13,5
António Ricardo Espírito Santo Bustorff <sup>(1,3)</sup>	2,1	0,0	2,1
João Faria Rodrigues <sup>(1)</sup>	6,0	0,0	6,0
Maria Madalena Mantas Moura <sup>(1)</sup>	6,0	0,0	6,0
<b>Total Remunerações</b>	<b>286,9</b>	<b>0,0</b>	<b>286,9</b>

(1) Os membros dos Órgãos Sociais acima indicados deixaram entretanto de exercer os respetivos cargos.

(2) Remuneração Variável relativa ao exercício de 2013.

(3) Foi substituído no cargo de Presidente do Conselho Fiscal, em março de 2014.

O custo do exercício com pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais foi em 2014 de 63 milhares de euros.

### Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”

#### 1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, mas também;
- Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF;
- A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da T-Vida, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

## 2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

### a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

### b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

### c) Composição do Conselho de Administração

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Presidente)  
Alexander Wallace Humphreys (Vogal)  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes (Vogal)  
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur (Vogal)  
João Carlos Dores Candeias Barata (Vogal)

### d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

## 3. Remuneração

### a) Composição da Remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais praticadas no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível individual como a nível coletiva.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia.

### b) Limites e equilíbrios da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará em média, na Companhia, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, caso haja lugar à atribuição da mesma, não deverá exceder, em média, 15% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual não deverá exceder os 30% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

### c) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) terá os limites definidos pelo Conselho de Administração.

A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios definidos na alínea a).

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor no Grupo Tranquilidade nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Objetivos;
- Avaliação das Competências Corporativas;
- Avaliação das Competências Funcionais.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da T-Vida ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

## 4. Outros Benefícios atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem ainda os seguintes benefícios, conforme definido no CCT aplicável ao setor segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- a) Seguro de Saúde;
- b) Seguro de Vida;
- c) Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

## 5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da T-Vida, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

## Declaração de Cumprimento (n.º 1 do Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASAF.

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
<b>I. Princípios Gerais</b>		
I.1	Cumpre	
I.2	Cumpre	
I.3	Cumpre	
<b>II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)</b>		
II.1	Cumpre	
II.2	Cumpre	
II.3	Cumpre	
II.4	Cumpre	
II.5	Cumpre	
<b>III. Comissão de Remuneração (CR)</b>		
III.1	Não Aplicável	
III.2	Não Aplicável	
III.3	Não Aplicável	
III.4	Não Aplicável	
III.5	Não Aplicável	
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas</b>		
IV.1	Cumpre	Caso haja lugar à sua atribuição, são tidos em consideração critérios de avaliação que assentam nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados Líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado,  Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.
IV.2	Cumpre	
IV.3	Não Cumpre	No âmbito da nova estrutura acionista do Grupo na qual a Sociedade se integra, esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2015.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)</b>		
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;	Não Cumpre	No âmbito da nova estrutura acionista do Grupo na qual a Sociedade se integra, esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2015.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações;	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
<b>IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos</b>		
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
<b>IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição</b>		
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável</b>		
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	No âmbito da nova estrutura acionista do Grupo na qual a Sociedade se integra, esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2015
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável</b>		
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre	
<b>V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável</b>		
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. No âmbito da nova estrutura acionista do Grupo, na qual a Sociedade se integra, esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2015.
V.7 A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave</b>		
V.8 Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumpre	
V.9 Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumpre Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma.
<b>VI. Avaliação da Política de Remuneração</b>		
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumpre	
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre	
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumpre	
<b>VII. Grupos Financeiros</b>		
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão da ASF com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	Não Aplicável	Não aplicável no caso específico da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A..  Estas recomendações são avaliadas relativamente ao acionista Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..
VII.2 A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.		
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.		
VII.4 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.		



**09**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
E RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL**



# 09. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 800.619 milhares de euros, e um total de capital próprio de 75.658 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4.294 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações dos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
  6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
  - 8.1 As demonstrações financeiras da Companhia, com referência a 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 17 de Março de 2014, sem reservas e sem ênfases. A nossa aceitação como revisores ocorreu em 27 de Março de 2014, para efectuarmos a revisão legal das contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
  - 8.2 Conforme referido na nota 36 do Anexo, em 30 de Março de 2015, por pedido expresso do Novo Banco, S.A. e no contexto da resolução do BES, S.A., foi efectuado um resgate de uma operação de capitalização celebrada com esta entidade, no valor de 164,2 milhões de euros, por reembolso em espécie dos activos que a constituíam reflectidos no património de um fundo imobiliário (Fundes - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado), no valor de 156,8 milhões de euros e pela liquidação financeira do remanescente ao Novo Banco, S.A. Esta operação de capitalização, reconhecida nas demonstrações financeiras da T-Vida, ascendia em 31 de Dezembro de 2014 a 204,2 milhões de euros.

O montante reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014, foi determinado considerando a mensuração dos activos subjacentes, nomeadamente do Fundes - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado com base na informação do valor das unidades de participação divulgada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários tendo em consideração os critérios de reconhecimento e mensuração definidos por esta Entidade.

O valor agora considerado pelo Novo Banco, S.A. para o resgate no montante de 164,2 milhões de euros desta operação foi determinado com base em critérios que não foram divulgados.

No entanto esta operação de capitalização, trata-se de um produto *Unit Linked*, em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (Novo Banco, S.A.) pelo que quaisquer apreciações ou depreciações de justo valor dos activos subjacentes são assumidas pelo tomador de seguro. Nessa base, a diferença apurada entre a mensuração anteriormente considerada e o valor do resgate (qualquer que ele fosse) não tem qualquer impacto nos resultados e capitais próprios da T-Vida.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Abril de 2015



**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



### **Aos Accionistas da T-Vida, Companhia de Seguros SA**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **T-Vida, Companhia de Seguros SA**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Este Conselho Fiscal foi nomeado em 20 de Março de 2015, sucedendo ao anterior Conselho Fiscal que acompanhou a actividade da **T-Vida, Companhia de Seguros SA** durante o exercício de 2014, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, conforme as actas exaradas ao livro respectivo, bem como a evolução da actividade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

A partir da nossa recente nomeação e tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos reuniões quer com o Conselho de Administração quer com os diversos serviços da **T-Vida, Companhia de Seguros SA**, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Risco Global e Controlo Interno (englobando o “Compliance”), de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

Adicionalmente e no cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, SROC que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras de 2014, emitindo uma Certificação Legal das Contas em 27 de Abril de 2015, sem reservas mas com 2 (duas) ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida. As informações recolhidas nas presentes circunstâncias foram determinantes para a emissão deste Relatório e Parecer.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2014, as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Nesta análise, observámos a adequação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões). Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

O corrente exercício apresenta um resultado líquido de cerca de 4,3 Milhões de Euros. Pela sua relevância, entendemos salientar o seguinte:

- a **T-Vida, Companhia de Seguros SA** apresenta em 31 de Dezembro de 2014 uma margem de solvência que cumpre os requisitos exigidos pela regulamentação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) para o exercício da sua actividade bem como tem como adequada a representação das provisões técnicas;

- Tal como referido no Relatório de Gestão como “Factos Relevantes em 2014” apesar de um decréscimo de cerca de 21% na produção (um total em 2014 de cerca de 88 Milhões de Euros face a 111,7 Milhões de Euros em 2013) resultante de uma diminuição significativa nos produtos financeiros (capitalização garantida) é de registar que houve um incremento de cerca de 9,2% nos produtos de Risco que libertam melhor margem em resultado de uma clara opção estratégica;
- Posteriormente ao final do exercício e conforme referido na Nota 36 do Anexo foi efectuado um resgate de uma operação de capitalização (um produto Unit Linked cuja responsabilidade de apreciações ou depreciações de justo valor são tomadas pelo tomador de seguro) celebrada com o Novo Banco SA e a pedido expresso desta entidade, no valor de 164,2 Milhões de Euros e que a 31 de Dezembro de 2014 se encontrava relevada por 204,2 Milhões de Euros. Este valor foi suportado pela mensuração dos activos subjacentes, nomeadamente do Fundes (Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado) com base na informação divulgada pela CMVM. Sobre o valor de resgate não se encontram disponíveis os critérios de avaliação mas dadas as características de produto Unit Linked a diferença apurada não tem qualquer influência nos resultados e capital próprio da **T-Vida, Companhia de Seguros SA**.

Cremos, ainda, ser importante referir que a **T-Vida, Companhia de Seguros SA** tem um calendário presentemente em curso por forma a cumprir adequadamente com o programa Solvência II, que se prevê implementado até Janeiro 2016, de acordo com os requisitos da Lei.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração os assuntos referidos no parágrafo 8.2 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral da **T-Vida, Companhia de Seguros SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da **T-Vida, Companhia de Seguros SA** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 29 de Abril de 2015



Luís Palha da Silva



Manuel Maria Reis Boto



Pedro Aleixo Dias



**VIDA**

[www.t-vida.pt](http://www.t-vida.pt)